



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS
(Gabinete do Presidente)

*Aprovada na sessão ordinária
de 28 de abril de 2017*

**ATA NÚMERO UM DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE BARCELOS**

-----Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, reuniu, pela primeira vez, no Auditório dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de quinze de fevereiro de dois mil e dezassete, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

-----Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo onze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

-----Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo doze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----ORDEM DO DIA.-----

-----Ponto um – Aprovação das atas das sessões de quatro e vinte e cinco de novembro de dois mil e dezasseis;-----

-----Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato de Cooperação entre o Município e as Freguesias do Concelho de Barcelos;-----

-----Ponto três – Discussão e votação da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano do ano de dois mil e dezassete;-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Ponto cinco – Discussão e votação do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Barcelos;-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a aplicação das taxas do Quadro Quarto do Regulamento de Taxas pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas e Obras de Edificação do Município de Barcelos;-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de revisão do traçado da rede secundária prevista a executar no PDM;-----

-----Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a concessão de benefícios fiscais, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana (ARU), à requerente Teresa Cristina Gonçalves Vieira Martins;-----

-----Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a outorga da Adenda ao contrato de concessão para a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, celebrado entre o Município de Barcelos e a EDP Distribuição – Energia, S.A.;-----

-----Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a recomendar à Assembleia Municipal a criação do Conselho Municipal de Segurança, bem como a elaboração e a aprovação dos respetivos regulamentos;-----

-----Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração aos Estatutos do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular;-----

-----Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a participação do Município de Barcelos como associado fundador na Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (AptCC);-----

-----Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada a centro funerário, crematório, columbário e capela, localizada na Rua Penedo Rachado, freguesia de Manhente;-----

-----Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização e ampliação de uma unidade industrial do setor têxtil, situada na Rua dos Escuteiros, número quarenta e dois, freguesia de Gilmonde;-----

-----Ponto quinze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização e ampliação de uma unidade industrial do setor têxtil, situada na Rua Industrial, número oitocentos e quarenta e cinco, freguesia de Vila Frescaíña São Pedro;--

-----Ponto dezasseis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, sita na Rua Nossa Senhora da Guia, número mil e setenta, freguesia de Pereira;-----

-----Ponto dezassete – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

-----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----

-----Adélio Barbosa de Miranda, Agostinho Martins da Silva, Ana Cristina da Silva Cortez, Ana Maria de Lemos Pereira Bonifácio Viana Lopes, Ana Paula Carreira Gonçalves Moreira, Ana Rita da Silva Torre, Anselmo Miranda Vasconcelos, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António Gomes Silva, António Salomão Silva Rodrigues, António Silva Pereira, Armando Ricardo Pereira da Costa, Armindo Manuel Costa Vilas Boas, Arnaldo Ribeiro de Sousa, Augusto Fonseca Silva Dias, Aurélio Miranda Machado, Bruna Cristiana Araújo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Ferreira, Bruno André Torres Macedo, Carla Sofia Carvalho Torres Pinheiro, Carlos Alberto Oliveira Sousa, Casimiro da Silva Rodrigues, Daniel Martins de Brito, Daniela Filipa Cardoso Miranda, David Alberto Lemos de Sousa, David José Pereira de Carvalho, David Pimenta Vilas Boas, Domingos Duarte da Silva, Domingos Falcão Gonçalves, Domingos Miguel Magalhães Ferreira, Duarte Nuno Cardoso Amorim Pinto, Elsa Gracinda de Oliveira Brás, Fernando Gomes Alves, Fernando José Gonçalves Pinto, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Firmino Manuel Lopes da Silva, Florinda Oliveira Bogas, Gabriel Costa Gonçalves, Guilhermina Sousa e Silva dos Santos Guimarães, Hélder Duarte Grácio Tomé, Hélder Manuel Antunes Nogueira, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilídio Morais Rodrigues, Jaime Manuel Faria Dantas, Joana de Macedo Garrido Fernandes, João Alberto Novais Alves, João Batista Gonçalves Abreu, João Paulo Pereira Dias, João Rodrigues Martins, João Vieira Barbosa da Silva, Joaquim Alberto Martins Barbosa, Joaquim Barbosa Dantas, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel Oliveira Cruz, José Alves Peixoto, José António Gomes Coelho, José Brito Faria, José Carlos Esteves da Costa, José da Costa Monteiro, José Gomes dos Santos Novais, José Gonçalves de Araújo Silva, José Ilídio da Silva Torres, José Luís Dias Pereira, José Luís Gomes Arantes, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel da Costa Cunha, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Alves da Fonte, José Maria Cruz Batista, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Paulo Cardoso Teixeira, José Paulo Maia Matias, Juliana Raquel Oliveira Campos, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Manuel Faria Oliveira, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel João Nunes Garcia, Manuel Joaquim Araújo da Silva, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Maria dos Santos Maciel, Manuel Martins Abilheira, Manuel de Oliveira Magalhães, Manuel Simões Correia, Maria da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Conceição Gonçalves Lopes Pereira, Maria Elisabete Fernandes Cunha, Maria Isabel Sá da Venda, Maria Manuela da Silva Gomes de Sá Oliveira, Maria do Sameiro Gomes Cunha Serra, Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Maritza Maria Barros Ralha, Marta Catarina da Costa, Miguel Nuno Olim Marote Henriques, Natalina de Sá, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Miguel Machado Martins, Paula Cristina Leiras Belchior, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Miguel Ramos Lima, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rui Manuel Dias Faria, Sandra Isabel Coutada Teixeira, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Vasco André Gomes de Deus Real.-----

-----Faltaram os seguintes membros:-----

-----António da Cruz Vaz Saleiro, António Joaquim da Costa Lima, Cândido Pedrosa e Silva, Cândido da Silva Gomes, Carlos Alberto de Castro Meleiro, Clara Magda Ribeiro Barbosa Fernandes, Isabel Maria Pereira dos Santos, Júlio Arménio Martins da Silva, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Raquel Sofia Rodrigues Marques.-----

-----INÍCIO DOS TRABALHOS-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa noite a todos.-----

-----Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Comunicação Social, Estimado Público presente.-----

-----Declaro aberta esta sessão.-----

-----Compete-me no início de prestar mais detalhadamente uma informação sobre o prospeto que os senhores deputados tiveram acesso relativamente à linha de muito alta tensão.-----

-----Como veem neste prospeto, a linha de muito alta tensão pode matar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Este prospeto só foi emitido em quantidade experimental para ser entregue aos senhores deputados, comunicação social e demais público presente.-----

-----Fazendo rapidamente o recapitulativo, como sabem, esta comissão da Assembleia Municipal de Barcelos foi indigitada por iniciativa da força política do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal ordinária de setembro do passado ano; em vinte e quatro de outubro dei posse da mesma. Para além de cada grupo municipal, também ficaram indigitados cinco presidentes de Junta. Nessa conformidade, eu tive que promover uma eleição entre os presidentes de Junta, tendo sido indicados, e pela ordem da ata que eu tenho aqui em meu poder: o senhor José Faria, presidente da Junta de Vila Seca; o senhor Fernando Gomes Alves, presidente da Junta de Fornelos; o senhor José Manuel Padrão Ferreira, presidente da Junta de Macieira de Rates; o senhor Augusto Dias, presidente da Junta de Rio Covo Santa Eugénia; e o senhor Manuel Miranda, presidente da Junta de Perelhal. Em representação da Câmara Municipal, o senhor Francisco Rocha.-----

-----Esta comissão começou imediatamente a trabalhar após a tomada de posse e achámos por bem, nas reuniões periódicas que temos tido, também dar conhecimento a todos os senhores presidentes de Junta das atas desta comissão que refletem o trabalho interno e também as iniciativas externas que tem tomado.-----

-----Este prospeto da “Linha de Muito Alta Tensão Pode Matar!”, dado que se considera fundamental a sensibilização de todos os cidadãos e todos os barcelenses, vai ser distribuído por todas as residências do concelho de Barcelos, para que haja um conhecimento massivo e daí haver uma sensibilização para todos os cidadãos que poderão desta forma também ter uma participação mais ativa em algumas iniciativas, nomeadamente uma que também já está prevista para breve, por zonas geográficas do concelho haverem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

sessões de esclarecimento de facto, com a ajuda fundamental dos senhores presidentes de Junta que têm sempre participado, pelo menos dois senhores presidentes de Junta.-----

-----Na sequência das iniciativas que tomámos, fomos recebidos pelo senhor Ministro da Agricultura e mais recentemente pelo senhor secretário de Estado do Ambiente. Temos outros pedidos solicitados que consideramos fundamentais.-----

-----Também com o senhor secretário do Ambiente tivemos acesso à declaração de impacto ambiental, que é um documento fundamental para os próximos passos que terão que ser desenvolvidos quer a contestação de uma forma administrativa, quer de uma forma judicial.-----

-----Também fomos recebidos pelo grupo parlamentar do Bloco de Esquerda, nomeadamente pelo doutor Pedro Soares, que tem tomado a iniciativa das audições, já houve esta semana uma audição muito importante com o senhor diretor-geral de energia e geologia, que se juntaram também outros grupos políticos representados na Assembleia da República. E é fundamental porque exatamente está a decorrer uma contestação, uma reclamação feita por várias entidades, desde logo obviamente pela Câmara Municipal como poder executivo, por várias Juntas, por esta própria comissão, apresentou a reclamação a esta Direção-Geral de Energia e Geologia, que está agora em curso para apreciação. E através destas iniciativas obrigatoriamente vai haver desde já um efeito dilatatório, na medida em que entre várias coisas que temos alertado nestas audiências, nestas entrevistas, é sobre a falta de regulamentação de um decreto-lei de dois mil e dez, sobre o impacto das emissões eletromagnéticas.---

-----Continuaremos a trabalhar obviamente com a comissão, este prospeto, como referi, menciona o essencial e o primordial de facto daquilo que temos argumentado nas audiências que temos tido, normalmente tem sido sempre,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS
(Gabinete do Presidente)

para além de eu próprio e a doutora Lucinda que coadjuva a comissão, o autor da iniciativa do Bloco de Esquerda, o deputado José Ilídio Torres, e sempre duas forças políticas aqui representadas de forma rotativa e obviamente o representante do senhor presidente da Câmara.-----

-----Sinteticamente é isto que tenho para dizer e que também queria reconhecer de facto a colaboração, que é transversal a todas as forças políticas, no sentido de considerarem esta iniciativa fundamental para a defesa dos interesses dos cidadãos do concelho de Barcelos, numa colaboração assinalável, e também de facto os senhores presidentes de Junta, que no fundo pensamos que isto estará a dar alguns dos seus frutos e poderá dar bastante mais frutos no futuro relativamente a este assunto.-----

-----E era tudo o que de momento tinha para dizer, de maneira que vamos passar então ao período de antes da ordem do dia.-----

-----De acordo com o sistema rotativo previsto no nosso regimento, antes de dar a palavra ao senhor deputado da CDU, aceito inscrições para que seja feita a repartição dos tempos.-----

-----Estão inscritos seis deputados, o que dá sete minutos para cada um.-----

-----Senhor deputado Mário Figueiredo, faz favor.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Jornalistas, Meus Senhores e Minhas Senhoras.-----

-----Podia usar o tempo a que tenho direito, ainda para mais em ano de eleição, para abordar assuntos mais mediáticos e fraturantes e com discursos inflamados e cheios de retórica e eloquência, mas mais do que batidos e discutidos, no sentido de captar em ano de eleições simpatias, mas não é isso que faço porque não é isso que se pede a um eleito. A um eleito pede-se que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

aborde os assuntos com consistência, com coerência, no sentido de responder às aspirações das populações. E, nesse sentido, trouxe aqui um tema que poderá não ser um assunto que mereça a atenção de muitos, mas nem por isso deixa de ser central para a vida dos barcelenses, é sobre a transferência de competências para o poder local que tem sido seriamente atacado ao longo de vários anos.-----

-----Começo por ler então a moção:-----

-----“A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa – tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.-----

-----A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) acções, serviços ou investimentos é mera desconcentração – só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir.-----

-----A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local.-----

-----A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assumira como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação que faça sentido à luz do principio da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.-----

-----Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local.-----

-----Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.-----

-----A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução inter-municipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.-----

-----Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multi-municipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.-----

-----A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessários e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.-----

-----Face aos projetos de diplomas do Governo agora concluídos sobre a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida a vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete, delibera:-----

-----Primeiro – Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.-----

-----Segundo – Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.-----

-----Terceiro – Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.-----

-----Quarto – Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro”.-----

-----Dizer que o poder local foi uma das grandes conquistas do vinte e cinco de abril e foi um dos principais mecanismos de crescimento político, social, económico e cultural da vida das regiões e das populações, quer pelo aprofundamento democrático que produziu, quer pelo seu próprio desenvolvimento social, económico, fruto de muito investimento feito pelas regiões, pelas autarquias, feito e decidido por quem está mais perto dos cidadãos e que percebe melhor as suas necessidades, anseios e aspirações.-----

-----E por todas estas características é que as autarquias locais, o poder local, foi ao longo dos anos e muito concretamente nos últimos anos alvo de ataques à sua autonomia financeira e política, quer pelas extinções de freguesias, pelo corte de financiamento da administração central, quer por legislação que amputa todas as capacidades de decisão e de concretização da política que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

poder local deseja concretizar e que melhor poderá servir as aspirações dos barcelenses.-----

-----Neste sentido, a defesa do poder local, como disse, poderá não merecer a atenção de muitos, mas não deixa de ser central e deverá estar sempre presente na preocupação dos cidadãos eleitos locais.-----

-----É isto que esta moção pede.-----

-----É isto que esta moção concretiza.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Vamos passar de imediato à votação da moção!-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

-----*(Vinte e três: dezanove do PSD, quatro do CDS-PP)*-----

-----Aprovado por maioria com vinte e três abstenções.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Joaquim Barbosa.-----

DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

-----Em dois mil e nove o PS de Barcelos abriu um novo ciclo político com a vitória nas eleições autárquicas no concelho, tendo voltado a merecer a confiança da maioria dos barcelenses em dois mil e treze.-----

-----Ao longo destes dois mandatos, prestes agora a terminar, o Partido Socialista pode globalmente orgulhar-se do trabalho que os executivos camarários, de maioria PS, desenvolveram.-----

-----O PS de Barcelos lançou um conjunto de iniciativas de proximidade, contribuindo para que a Câmara Municipal seja hoje uma instituição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

aberta aos cidadãos, sem privilégios de grupos, ou pessoas.-----

-----Os executivos do PS adotaram políticas fiscais amigas das pessoas, das famílias e das empresas: baixámos as taxas do IMI, da derrama, as taxas dos mercados e feiras; criámos condições para um melhor desenvolvimento económico nas diferentes áreas; requalificámos a zona urbana; promovemos políticas de índole cultural, profissional e associativa para os jovens; distribuámos livros escolares aos alunos do primeiro ciclo; atribuímos bolsas de estudo a alunos do ensino superior; desenvolvemos programas de apoio no âmbito da ação social; requalificámos e construámos património para a atividade escolar e cultural; apoiámos as Juntas de Freguesia como verdadeiros parceiros estratégicos na gestão municipal. E revemos também o PDM, enalhado há muitos e muitos anos.-----

-----Proseguimos também um caminho de busca de eficiência e de inversão da tendência de endividamento crescente que se verificava no momento em que o PSD deixou o poder autárquico em dois mil e nove. Este é um dado que ninguém ousará negar, por ser verdadeiro.-----

-----Abrimos os espaços da cidade aos barcelenses, modernizámos muitos espaços públicos, os serviços camarários de atendimento ao público; demos passos firmes no desenvolvimento das políticas culturais; proporcionámos condições para a melhoria dos estilos de vida dos barcelenses, incrementando e promovendo as atividades desportivas como nunca tinha acontecido.-----

-----Orientámos desde dois mil e nove o novo ciclo político para uma participação ativa dos cidadãos, numa nova era de responsabilidade e de uma ética política que os barcelenses não sentiam que existisse e que ardentemente desejavam, e que sufragaram em dois mandatos autárquicos sucessivos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Temos a coragem de reconhecer, com humildade, que a par da obra realizada, muito ficou por fazer e de que há ainda muito por fazer. Dificilmente poderia ser de outra forma e só numa visão de muita presunção sobre a qualidade do trabalho desempenhado poderíamos estar integralmente satisfeitos.-----

-----Aqueles que nos acusam de não deixarmos obra realizada, que se veja, diríamos que ao contrário dos que nos antecederam, não tivemos de facto a preocupação de realizar obras para a posteridade, que alguns chamariam "de fachada", sem um alcance prático na vida e conforto dos barcelenses. E a este respeito vêm-nos certamente à memória alguns, não poucos exemplos nesta matéria, que não vale a pena citar.-----

-----Apostámos, sim, no desenvolvimento equilibrado do concelho, desde logo das freguesias. Os senhores presidentes de Junta e os barcelenses sabem do que estamos a falar. Aliás, este nível de desenvolvimento só foi possível com o regresso da confiança por parte dos executivos do PS no papel incontornável que os presidentes de Junta desempenham no desenvolvimento do concelho e que se traduziu no modelo francamente inovador de parceria, através do protocolo dos duzentos por cento. E este modelo de parceria, sendo hoje um dado adquirido e por isso natural, é tão natural que até o PSD se propõe melhorá-lo, o que nada mais é do que o reconhecimento do mérito e do sucesso deste modelo, na relação com as Juntas de Freguesia.-----

-----Senhores Deputados,-----

-----O PS em Barcelos, reconhecidamente, passa hoje por uma encruzilhada.-----

-----A liderança do Partido Socialista, até ao final do presente mandato, tudo fará, com humildade, em diálogo com todos, mas com firmeza, para evitar a municipalização de decisões que dizem também respeito ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Partido Socialista, enquanto partido detentor da maioria no executivo municipal. Sobretudo aquelas decisões que possam afetar ou que coloquem em causa os seus princípios e as orientações estratégicas já assumidas.-----

-----O PS de Barcelos continuará também a nortear a sua atividade na busca de consensos, respeitando os restantes partidos, mas exigindo também o respeito que lhe é devido, que a sua história e papel no desenvolvimento do concelho merecem.-----

-----O PS entende que a defesa do concelho de Barcelos passa ainda, até às próximas eleições autárquicas, por resolver três problemas essenciais para o concelho. A resolução definitiva, de uma forma que não ponha em causa a sustentabilidade económico-financeira da gestão autárquica, da concessão da água e saneamento, da parceria público-privada e também a resolução do problema da linha de muito alta tensão. O Partido Socialista de Barcelos entende ser necessário que a próxima disputa eleitoral se faça com estes problemas satisfatoriamente resolvidos e que, a não ser assim, o Partido socialista partirá muito fragilizado, demasiado, para a disputa eleitoral. Não há grande margem, segundo o nosso ponto de vista, para aceitar que os barcelenses se sintam confortáveis para fazer as suas opções e reconhecer a qualidade do trabalho desempenhado pelos executivos do Partido Socialista nestes dois mandatos, sem que os problemas da água e saneamento, da parceria público-privada e da linha de muito alta tensão estejam satisfatoriamente resolvidos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Novais.-----

DEPUTADO DO PSD – José Novais – Senhor Presidente da Mesa, Senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Jornalistas, Barcelenses.-----

-----A caminho de oito anos de governação na Câmara Municipal, impõe-se fazer um balanço do que tem sido o desempenho do presidente da Câmara e do executivo do Partido Socialista.-----

-----O presidente da Câmara não trabalhou como era sua obrigação e longe vão os tempos em que dizia que o seu tempo era ocupado com quatro assuntos:-----

-----Um – A Água e Saneamento.-----

-----Uma péssima gestão nas relações com a concessionária levou a Câmara a uma condenação de cento e setenta e dois milhões de euros, a caminho de duzentos milhões.-----

-----O PS escolheu a via da litigância no Tribunal em vez da negociação e mesmo depois da condenação há cinco anos em dois mil e doze, continuou a litigar em vez de negociar e agravou a indemnização a pagar.-----

-----Os responsáveis têm nome, são: Miguel Costa Gomes, Domingos Pereira e o Partido Socialista.-----

-----Dois – A Parceria.-----

-----Na parceria público-privada, entre a Câmara e os privados, o Partido Socialista tinha condições e o direito de a revogar em dois mil e nove, mas não o fez porque gostou de poder inaugurar as obras que nela constavam.-----

-----Deixou avançar as obras, não acompanhou as obras, deixou derrapar os custos dessas obras e perdeu a cabeça quando lhe apareceram as contas.-----

-----O executivo foi incapaz, não soube negociar com os privados, deixou ir para Tribunal e a Câmara foi condenada a pagar oito vírgula seis milhões de euros, a caminho de dez milhões, mais juros e o que for.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Três – O novo hospital.-----

-----Durante dois mandatos consecutivos passou o tempo a fazer política contra o Governo do PSD e foi incapaz perante os Governos do Partido Socialista, prejudicou Barcelos, em vez de dialogar e procurar um acordo para o Governo construir o novo hospital.-----

-----A Câmara Municipal é a entidade que tem de negociar com o Governo a construção do novo Hospital.-----

-----O protocolo assinado entre a Câmara Municipal e o Ministério da Saúde em dois mil e nove estabelecia bem as condições para o fazer!-----

-----Quatro – O aterro sanitário.-----

-----Todos eles um desastre completo e a confirmação da incapacidade do presidente para resolver os problemas do concelho.-----

-----Para além destes assuntos, juntamos os seguintes:-----

-----Cinco – As infraestruturas viárias.-----

-----Não trabalhou para fazer obras tão necessárias, como:-----

-----A circular urbana dos Andorinhas a Arcozelo e a São Veríssimo;-----

-----A ligação a Rio Covo Santa Eugénia e à autoestrada;-----

-----O acesso à Central Rodoviária;-----

-----A eliminação das passagens de nível em Arcozelo;-----

-----O acesso viário ao IPCA diretamente para a cidade.-----

-----Seis – Estradas municipais.-----

-----A requalificação e a conservação das estradas e caminhos municipais, totalmente degradadas.-----

-----Os acessos aos parques empresariais da Pousa, Várzea, Santa Eugénia, Airó, Adães e Tamel São Veríssimo não contam para o Governo, ao contrário do que acontece em Famalicão e em Guimarães. A Câmara não teve capacidade para ser considerada!-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Sete – A Linha do Minho.-----

-----A modernização da linha do Minho é uma oportunidade única para eliminar pontos de risco e insegurança para as populações situadas ao longo do percurso da linha.-----

-----As passagens de nível situadas no centro de Arcozelo e junto à Estação CP são locais de insegurança e sinistralidade, cortam a cidade ao meio e representam um atraso e subdesenvolvimento para a cidade e para o concelho, senhor presidente.-----

-----Oito – A Linha de Muito Alta Tensão.-----

-----A defesa sobre a linha de muito alta tensão é uma responsabilidade da Câmara perante a REN e o Governo.-----

-----O presidente da Câmara não trabalhou a tempo com a REN e os presidentes de Junta para encontrar o melhor traçado!-----

-----Todas as demais iniciativas solidárias, todas meritórias, incluindo das freguesias, não corporizam uma representação institucional que possa defender o concelho.-----

-----Nove – A recolha do lixo.-----

-----Um executivo incompetente e desleixado – durante dois mandatos a Câmara não comprou qualquer camião para a recolha de lixo.-----

-----Alugou camiões por valores milionários!-----

-----Dez – O Rio Cávado.-----

-----O mesmo rio Cávado, em Fão e em Prado, é palco da prática de desportos de alto nível e preparação de atletas olímpicos!-----

-----Não criou nem desenvolveu quaisquer estratégias e Barcelos ficou para trás.-----

-----Onze – A falta de criação de emprego.-----

-----Barcelos não tem acompanhado o crescimento económico dos concelhos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

vizinhos, que com Barcelos constituem o quadrilátero urbano (Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão).-----

-----A estratégia municipal vinte vinte não produziu quaisquer resultados.-----

-----Desde que foi criada, quais foram os projetos que a Agência Municipal e a Câmara captaram para o concelho?-----

-----Nas exportações, Barcelos está a ficar para trás relativamente aos quatro grandes e outros!-----

-----Doze – A Juventude.-----

-----Durante dois mandatos o executivo não aprovou a criação e a instalação do Conselho Municipal de Juventude.-----

-----O apoio à juventude exige a adoção de medidas transversais, nomeadamente nas áreas da educação, formação, emprego e tempos livres.-----

-----As medidas concertadas têm tanta maior eficácia quanto maior for a sua coordenação intersetorial, por um órgão institucional específico e representativo de todas as áreas de intervenção.-----

-----Treze – A delapidação de património municipal.-----

-----Deixou delapidar património municipal à sua guarda e responsabilidade, prejudicou o município em milhares e milhares de euros, não teve estratégias para a sua rentabilização.-----

-----Falamos da frente ribeirinha, do jardim de infância de Macieira, do campo de jogos de Rio Covo Santa Eulália, do pavilhão de Adães e tantos outros edifícios!-----

-----Catorze – Os Espaços Cidadão.-----

-----Em dois mil e quinze, nesta Assembleia, o PSD defendeu a instalação de espaços cidadão e posteriormente onze espaços cidadão foram aprovados e celebrados protocolos entre as Juntas de Freguesia, Município de Barcelos e Agência.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----As Juntas de Freguesia executaram obras para adaptação dos espaços, mas o senhor presidente não defendeu o concelho a tempo e horas e agora, em época de eleições, é que vai inaugurar!-----

-----Quinze – O pessoal da Câmara.-----

-----A má gestão dos recursos humanos, os contratos à medida a duplicar pessoal, a perseguição a funcionários municipais, os que pedem para sair para outros municípios, as não autorizações a trabalhar fora dos horários, os concursos não cumpridos!-----

-----Senhor Presidente, Senhores Deputados,-----

-----Um balanço claramente negativo e oito anos perdidos!-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Armando Costa.-----

DEPUTADO DO MIB – Armando Costa – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta, Caras Senhoras e Caros Senhores, os presentes e os que nos seguem pela *internet*.-----

-----Após trinta anos de poder do PSD, com a vitória do Partido Socialista em dois mil e nove, sob o mote “Barcelos é dos Cidadãos” e um conjunto de compromissos eleitoralistas, esperavam os barcelenses uma nova dinâmica e um novo rumo para o concelho. Tal era a expectativa que até houve quem, de forma entusiástica, tivesse referido que o vinte e cinco de Abril chegara, nessa altura, a esta terra. Essa confiança foi renovada em dois mil e treze com o *slogan* “Defender Barcelos”, ainda não se sabe muito bem de quem ou de quê. Aos dias de hoje, mais parecia uma premonição, pois é hoje evidente que a maior ameaça veio do próprio Partido Socialista.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----É certo que prestes a completar oito anos de liderança do destino do nosso concelho e muito próximos que estamos de novo ato eleitoral, convido todos os presentes a uma reflexão suportada numa única questão: nos últimos oito anos, que mudanças profundas ocorreram no concelho que o evidenciem no contexto regional?-----

-----Para facilitar a análise, partilho dados de alguns estudos e indicadores elaborados por instituições independentes sobre as autarquias portuguesas.-----

-----Começamos pelo estudo, divulgado pelo Jornal de Negócios e promovido por uma consultora independente, onde o objetivo é medir a força da marca das cidades portuguesas e compará-las. Este trabalho é elaborado através do cruzamento de diversos dados estatísticos relativos às três áreas-chave (negócios, visitar e viver), cruzando com as pesquisas que são feitas na *internet* sobre cada município.-----

-----Segundo este estudo, Barcelos ocupava, em dois mil e dezasseis, o vigésimo nono lugar, o mesmo lugar de dois mil e quinze. E, no distrito de Braga, o concelho de Braga ocupa o terceiro lugar, Guimarães o nono. Comparando com os concelhos vizinhos, Póvoa de Varzim e Viana do Castelo estão um e seis lugares à nossa frente, respetivamente.-----

-----Ou seja, com exceção de Famalicão, nos concelhos vizinhos, só os municípios de menor dimensão ficam atrás de Barcelos, neste *ranking*.-----

-----Outra avaliação disponibilizada recentemente sobre os dados do Instituto Nacional de Estatística, acerca das exportações, refere que Barcelos, entre dois mil e treze e dois mil e quinze, cresceu três por cento. Nos concelhos vizinhos, excetuando Vila Verde e Ponte de Lima, todos cresceram a dois dígitos. No distrito de Braga, dos concelhos que cresceram nas exportações, Barcelos foi o único que cresceu muito menos de dez por cento.-----

-----Para um executivo que admite os reconhecimentos de interesse público



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

municipal como a grande medida de apoio e incentivo ao investimento no concelho não seria obviamente de esperar outro resultado.-----

-----O Índice de Transparência Municipal, outro marcador recentemente tornado público pela Associação Cívica Transparência e Integridade, mede o grau de transparência das Câmaras Municipais através de uma análise da informação disponibilizada aos cidadãos, nos seus *websites*. Este índice é composto por setenta e seis indicadores, agrupados em sete dimensões. Neste *ranking*, Barcelos ocupa o centésimo sexagésimo quarto lugar. É ultrapassado por Viana do Castelo, Esposende e Vila Nova de Famalicão.-----

-----Por último, o anuário financeiro dos municípios portugueses. No último estudo, referente ao ano de dois mil e quinze, que ainda não foi noticiado pelo gabinete de comunicação do município, no Ranking Global da eficiência financeira dos municípios de grande dimensão, Barcelos tem vindo a perder lugares. Em dois mil e doze, com este executivo, era segundo, mas em dois mil e oito, no tempo do PSD, era sétimo! Atualmente já estamos para lá de décimo.---

-----Caras Senhoras e Caros Senhores,-----

-----Cada um tirará as devidas conclusões destes dados e indicadores. Eles são públicos, independentes e objetivos e permitem análises mais ou menos detalhadas e interpretações diversas.-----

-----A nossa é: nos últimos oito anos não ocorreram mudanças estratégicas relevantes que reforçassem e evidenciassem Barcelos no contexto regional. Com muita pena nossa, cada vez se alarga o fosso relativamente aos nossos parceiros do quadrilátero!-----

-----É óbvio que os dados referidos seriam de menor importância se, aqui chegados, os principais problemas do concelho estivessem resolvidos e ultrapassados. Mas infelizmente estamos muito longe disso!-----

-----A concessão da água e saneamento continua por resolver, com o encargo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

para o município todos os dias a crescer.-----

-----A PPP Barcelos Futuro ainda se arrasta pelos tribunais, com a dívida a crescer e os equipamentos a degradar.-----

-----A Linha de Muito Alta Tensão, onde a contestação e as iniciativas de apoio e defesa das populações afetadas deixaram muito a desejar – honra seja feita aos presidentes de Junta e às comissões entretanto criadas para o efeito. Também acreditamos que o problema se resolvia facilmente com vontade política. Mas nos recentes episódios, compreende-se muito bem o peso que o executivo e o PS de Barcelos não têm junto do PS nacional e do Governo.-----

-----O novo hospital continua a ser uma miragem, num jogo de passa culpas entre o PS e o PSD.-----

-----A criação e a promoção da marca Barcelos, nos setores de atividade mais relevantes para o concelho, não existe.-----

-----O rio Cávado continua moribundo e abandonado porque os senhores não lhe conseguiram restituir a vida que anunciavam em dois mil e nove e constitui uma prova indelével do vosso fracasso.-----

-----Mas seria de esperar desfecho diferente de quem não se consegue governar internamente porque coloca os seus interesses pessoais à frente do interesse público? Que grande lição de cidadania que nos tem oferecido aqueles que protagonizam uma guerra fratricida nunca vista!-----

-----Para terminar, dar nota de uma atitude recentemente tomada pelo atual presidente da Câmara de Terras do Bouro, eleito pelo PS. É pena não estar cá o senhor presidente da Câmara. Mas o senhor presidente da Câmara de Terras do Bouro, depois de ter avaliado a sua atividade política nos últimos mandatos, concluiu que não conseguiu atingir o principal objetivo a que se tinha proposto. Perante isto, decidiu não ser candidato a mais um mandato e ceder o seu lugar a outros que, com outras ideias e motivação, pudessem fazer melhor do que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

ele. Uma atitude de desapego pelo poder e de interesse pela população a quem serviu.-----

-----O senhor presidente podia... acho que não vale a pena referir já que não está cá presente, mas fica registado, para depois poder ver via YouTube.-----

-----Senhor presidente da Câmara, podia ter aprendido algo com autarcas como este, que por acaso é do seu partido!-----

-----Porventura, teria sido o melhor a fazer pelos barcelenses!-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Cardoso.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Digníssimos Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros desta Assembleia, Digníssimo Público, Comunicação Social e demais Barcelenses.-----

-----A transparência de qualquer gestão municipal é essencial para o desenvolvimento e valorização da democracia.-----

-----Quando as instituições em que assenta a democracia publicitarem os seus atos, quando dão a informação relevante e a dão de forma completa, fidedigna, em tempo devido e a tornam acessível a todos os cidadãos, permitindo que todos possam decidir em consciência com total conhecimento dos factos, teremos uma sociedade muito mais livre e democrática.-----

-----Se isto é importante a nível do governo central, muito mais importante se torna a nível local devido à maior proximidade com os cidadãos.-----

-----Todos sabemos que grande parte dos cidadãos se queixa de falta de transparência do Governo e do executivo municipal. Para além da falta de transparência, uma outra acusação feita ao poder tem a ver com o gastar mal os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

recursos públicos, muitas vezes ao serviço de interesses pessoais ou próximos. Todos os dias surgem notícias de corrupção no poder local, notícias de negócios escandalosos sem que a justiça seja eficaz no julgamento de autênticos crimes de desperdício ou aproveitamento dos recursos públicos.-----

-----Tendo em conta esta preocupação, a Transparência e Integridade, Associação Cívica, começou a desenvolver um projeto de avaliação do grau de transparência do poder local, através da análise da informação disponibilizada nos *sites* das Câmaras Municipais. Desenvolveu assim um índice de transparência municipal construído por setenta e seis indicadores agrupados em sete dimensões:-----

-----Informação sobre a organização, composição social e funcionamento do município (dezoito indicadores);-----

-----Planos e planeamento (treze indicadores);-----

-----Impostos, taxas, tarifas, preços e regulamentos (cinco indicadores);-----

-----Relação com a sociedade (oito indicadores);-----

-----Transparência na contratação pública (dez indicadores);-----

-----Transparência económico-financeira (doze indicadores);-----

-----Transparência na área do urbanismo (dez indicadores).-----

-----Este índice permite, a quem o desejar, aceder ao grau de transparência do seu município através da quantidade e tipo de informação sobre estrutura, funcionamento e gestão municipais. Em particular procurando revelar áreas onde o risco de corrupção possa ser mais elevado, como a contratação pública e o urbanismo. A sua publicação anual permite monitorizar os progressos de cada município.-----

-----Quanto mais informação estiver disponível de forma compreensível e quanto mais acessíveis forem os processos de tomada de decisão, mais transparente será o funcionamento de uma autarquia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----O poder local é, por definição, um poder de proximidade. As diferenças para melhor ou pior entre os vários concelhos ou freguesias surge na forma como esse poder é exercido.-----

-----Quando os interesses públicos e os privados estão muito bem definidos e separados, surge normalmente uma maior transparência na forma como são geridos os recursos públicos.-----

-----Quando tudo se sobrepõe, quando os interesses pessoais têm prioridade sobre os públicos assistimos a um triste espetáculo, a acusações de falta de transparência e outras mais graves como as que passaram a ser, infelizmente, o nosso dia-a-dia político dentro do Partido Socialista local.-----

-----O que nos diz o Índice de Transparência Municipal de Barcelos entre dois mil e treze e dois mil e dezasseis?-----

-----Em dois mil e treze Barcelos situava-se no nonagésimo quinto lugar entre os trezentos e oito municípios e assim se manteve em dois mil e catorze.-----

-----Em dois mil e quinze passou para centésimo quadragésimo nono e em dois mil e dezasseis desceu mais quinze lugares, passando para centésimo sexagésimo quarto lugar.-----

-----Bastante significativa a descida de sessenta e nove lugares em três anos!-----

-----Os critérios de medição foram os mesmos, a mesma associação mediú, o resultado piorou imenso. Aquilo que sempre dissemos, e que uma franja do PS agora também diz, parece ser verdade.-----

-----A transparência da governação socialista vai de mal a pior!-----

-----Depois apregoa-se a cidadania e transparência, sempre transparência!-----

-----O pior resultado de sempre foi em dois mil e treze e dois mil e dezasseis, neste ano chegando mesmo ao valor zero, o indicador da transparência na contratação pública. Notícias recentes apontam-nos Barcelos como um dos campeões dos ajustes diretos por vezes a autarcas ou filhos de autarcas ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

familiares de funcionários.-----

-----A falta de informação e a pouca transparência que reclamamos no processo de remunicipalização da água e que aqueles que na altura nos chamaram tudo e mais alguma coisa também agora reclamam, bem como os processos das parcerias público-privadas, linha de muito alta tensão, parecem dar-nos agora razão.-----

-----E não foram os processos que mudaram, foram os lugares de algumas pessoas.-----

-----Nunca nos foi respondido quanto se gastou já em taxas de justiça em todos estes processos.-----

-----Claro que a falta de transparência faz com que aconteçam muitos erros de perceção mútuos, no vosso vocabulário, porque no vocabulário popular teria outros nomes menos elaborados. É evidente que não há boa gestão, é evidente que envolve o executivo socialista atual e o anterior.-----

-----Os números da dívida a curto prazo a fornecedores, por exemplo, aumentou noventa e quatro por cento entre dois mil e catorze e dois mil e quinze, tendo também aumentado nessa altura o prazo médio de pagamento. Parece claro que não há transparência, é claro que tem vindo a piorar na linha aliás do que sempre afirmamos e dos estudos que revelam que quanto maior o número de mandatos consecutivos, menor a transparência municipal.-----

-----Cada mandato adicional faz cair o nível de transparência, em média, quase um ponto. Em Barcelos, em três anos descemos sessenta e nove lugares no *ranking*. Isto medido por uma associação independente. Muito significativo. O índice não mede a corrupção, apenas a transparência. Mas não deixa de ser verdade que um município que presta pouca informação aos cidadãos pode criar um clima de suspeita sobre a forma como é governado. E isso, que infelizmente já foi longe de mais, e quem sabe se não irá ainda mais longe, faz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

de Barcelos um caso de estudo sobre como não deve ser governado um município, sobre como o Partido Socialista ou socialistas independentes passam rapidamente de acusados a acusadores de si mesmos. Barcelos merece mesmo melhor.-----

-----Não basta agora virem com cartazes a dizerem: “Barcelos em primeiro lugar!”. Não sei se do PS um ou do PS dois...-----

-----Nós não queremos Barcelos em primeiro lugar pelas más razões! Basta de sermos motivo de notícias nada abonatórias para o nosso concelho por querelas políticas dentro do mesmo partido!-----

-----Por incapacidade política de resolver os problemas do nosso município.---

-----Queremos que Barcelos seja primeiro pelas boas razões! E para isso há uma solução e que faço desde já apelo a todos os barcelenses: em outubro temos de derrotar este executivo!-----

-----Para terminar, quero daqui fazer um pedido, na qualidade do senhor presidente, ou do senhor presidente da Câmara, para homenagearmos um homem que muito deu a Barcelos e a quem muito devemos. Estou-me a referir ao professor João Carvalho, presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. Esteve na instituição praticamente desde a sua criação em mil, novecentos e noventa e cinco, na comissão instaladora e também como primeiro diretor da Escola Superior de Gestão. Em dois mil e onze foi eleito como primeiro presidente eleito pelo Conselho Geral do IPCA. Deixa agora o cargo no dia um de março, por motivos de saúde.-----

-----Homem de grandes objetivos, de profundos conhecimentos e de reconhecido mérito e por todos respeitado, fez do IPCA uma referência nacional e a quem muito devemos por levar mais alto o nome da sua instituição, bem como o nome de Barcelos.-----

-----Daqui envio um abraço amigo e que tenha uma excelente e rápida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

recuperação.-----

-----Seria, senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, uma justa homenagem se todos nós pudéssemos fazer a este homem pelas razões já aqui invocadas.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Ilídio Torres.-----

DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres – Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Gostaria de começar esta minha intervenção com uma evocação.-----

-----Cumpriram-se ontem trinta anos da morte de Zeca Afonso, cantor do sentir português, da liberdade, que marcou e continua a marcar gerações, porque os grandes homens não morrem, interrompem a sua ação terrena, mas perpetuam-se nas suas obras.-----

-----Espero que a sua memória me inspire no que hoje aqui tenho para dizer, porque é de democracia e do seu bom uso, de liberdade, que aqui venho falar.--

-----Na primavera do passado ano, em abril, havia um executivo PS no governo da cidade, cumprindo um segundo mandato, mas que de abril tinha pouco. Uma governação com algumas coisas boas feitas e com muito por fazer.-

-----Uma Câmara que alicerçou o seu programa numa ideia nunca cumprida de cidadania, na defesa dos interesses de todos, entenda-se isso como acesso a oportunidades, a programas, a fundos, a uma ideia de progresso que devia efetivamente ter sido participada e cumprida, e nunca foi!-----

-----A cisão no seio do executivo, num maio que não foi florido, que não foi de luta mas de interesses particulares em luta, num maio que nunca mais parou de ser presença pela negativa em páginas de jornal, que intoxicou a opinião



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

pública e que, estou convencido, derrotará, por ironia, ambas as partes em contenda num próximo ato eleitoral, conduziu a um só resultado: estagnação do concelho, evidente na falta de investimento, na realização de um conjunto de obras estruturantes sucessivamente adiadas, no empurrar para a frente com a barriga dos problemas críticos que nos afectam. Desde logo a questão da água e a sua remunicipalização e a passagem da Linha Dupla de Muito Alta Tensão por Barcelos.-----

-----Quanto a este segundo aspeto, senhor presidente da Câmara, pode Vossa Excelência estar seguro que existe um conjunto de partidos políticos, de presidentes de Junta, que estão profundamente comprometidos com a luta contra a passagem da Linha Dupla de Muito Alta Tensão por Barcelos.-----

-----Uniram-se numa Comissão que o senhor tem tentado esvaziar de legitimidade política, advogando a peregrina ideia de que a sua constituição por maioria de votos nesta Assembleia foi um frete do meu partido ao Partido Socialista, que depois daquele maio que não foi florido é que já não parece ser o seu partido...-----

-----Pouco me importa, a mim e ao Bloco de Esquerda, que PS gere a Câmara, porque não fazemos distinção, mas a si, senhor presidente, eu tenho o direito e a legitimidade de lhe pedir explicações, nomeadamente na forma como tenta junto dos presidentes de Junta influenciar, para que se demarquem das posições desta Comissão.-----

-----Vossa Excelência estrebucha dizendo que foi esta Comissão formada para lhe retirar poder. Tem muita razão, pois foi constituída para lhe retirar o poder de decidir sozinho, o poder de não partilhar atempadamente informação, e de se escudar em promessas não cumpridas de cidadania.-----

-----Não foi o senhor presidente que disse que seria o primeiro a ir para a luta contra esta linha?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Reservamos-lhe um lugar na Comissão para que pudesse ter o prazer de trabalhar em conjunto com todos. Foi Vossa Excelência que delegou, que se manteve por essa via surdo e mudo, que não acrescentou nada a esta luta que é de todos e, mais dia, menos dia, estará na rua.-----

-----Pergunto-me por vezes se Vossa Excelência, hábil nos bastidores, não terá já um acordo com a REN, que afaste a linha uns metros das casas, e que o guindem a "salvador da pátria".-----

-----Já leu o prospeto que foi hoje distribuído pela Comissão a todos os presentes aqui?-----

-----Somos contra a linha. Refutamos a sua passagem e vamos até às últimas consequências.-----

-----Escusa o senhor presidente de tentar menosprezar esta Comissão, porque ela está pujante, ativa, e não vai desistir nunca de desenvolver o seu objetivo.-----

-----E a água, senhor presidente?-----

-----O senhor tem um modo repetido de atuar. Quando lhe convém, proclama a parceria. Diz que vai chamar os líderes, as forças sociais, que é o maior paladino da cidadania, mas depois fecha-se numa legitimidade arrogante, que anuncia como derivada do poder que lhe foi conferido pelos votos; mas nem precisava, porque já toda a gente conhece a sua forma de fazer e estar na política.-----

-----Volto a perguntar:-----

-----E a água, senhor presidente?-----

-----Meteu água?-----

-----Diga a esta Assembleia olhos nos olhos que não anda de empurrão em empurrão, de tribunal em tribunal, a ganhar tempo e a ver se isto se transforma numa espécie de parceria público-privada, que nada terá de remunicipalização,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

antes será um acordo em que todos lucram.-----

-----Todos menos os barcelenses.-----

-----Esses pagam, faz tempo, a fatura da má representatividade, do previsível endividamento que nos colocará ainda mais além dos anseios, das ilusões criadas.-----

-----O Bloco de Esquerda reafirma o seu total comprometimento com a mudança de políticas, pelo direito à cidade, que se expressa numa cidadania viva que a todos responsabiliza.-----

-----Paguem a fatura os que defraudaram as expetativas ou, como diria Zeca Afonso, que comem tudo e não deixam nada.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado José Ilídio Torres.-----

-----Também lhe agradeço e acho que posso fazê-lo também em nome de facto do grande consenso desta Assembleia, a evocação do Zeca Afonso, o “Grândola, Vila Morena” que cantámos no vinte e cinco de abril e que faz parte do património, mas também de outras canções populares que refletem a nossa cultura, como “Venham mais cinco duma assentada já. Do Branco ou Tinto”. Efetivamente um grande homem da cultura portuguesa.-----

-----Vamos passar então à segunda ronda, aceito inscrições, para poder repartir o tempo!-----

-----Temos seis inscrições, dará a cada senhor deputado três minutos e meio.-

-----Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Foram aqui abordados vários problemas que o concelho de Barcelos enfrenta, por várias forças políticas, nomeadamente a questão da água, da PPP, Linha de Muito Alta Tensão, novo hospital, uma série deles.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Dizer que o PS, com a sua intervenção, acordou tarde para os problemas e até os passou para segundo plano com a zanga que meteu pelo meio por meras questões de poder. Não poderá agora o segundo PS, ou o primeiro, não sei, exigir ao primeiro ou ao segundo que se resolva as coisas que nunca conseguiu resolver em oito anos por uma autêntica ausência de estratégia e de mais do que evidentes contradições políticas que lhes barraram e que foi um sério obstáculo àquilo que seria a resolução do problema, nomeadamente da água, que fosse de encontro às aspirações dos barcelenses.-----

-----Dizer que o PSD abordou na mesma esses problemas, mas muito deles, para não dizer quase todos, tem origem na própria atividade e opções políticas do PSD, nomeadamente a questão da água, do hospital, das PPP's, da linha de alta tensão. Mas uma nota para aquilo que disse, a preocupação do deputado José Novais com os trabalhadores. Esqueceu-se de dizer foi precisamente o grande problema que os trabalhadores da autarquia de Barcelos enfrentam, que é a precariedade. E esqueceu-se de dizer de uma forma deliberada porque a precariedade é de facto uma opção política do PSD e que tanto contribuiu para isso, desde logo pelos contratos a prazo, por períodos experimentais, pelos chamados CEI's que mais de um terço dos trabalhadores da autarquia, segundo a última prestação de contas, se encontram com esse tipo de relação laboral que são os contratos de emprego e inserção, que são trabalhadores que não têm quaisquer direitos, escravos. Escravos esses também fomentados e promovidos pelo PSD.-----

-----Dizer outra situação que é importante: a questão da água. Não há dúvida nenhuma que o PS mostrou uma total incapacidade na resolução do problema, fruto da sua inconsistência política em relação a esta matéria. O PS foi um grande promotor da privatização da água a nível nacional, e até nas autarquias em que é poder, e aqui viu-se confrontado com uma promessa eleitoral que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

podia cumprir e pelas suas próprias contradições que o encaminhou até a esta situação.-----

-----Dizer que a oposição, com a exceção do Partido Comunista Português, nunca se comprometeu com uma estratégia para resolver este problema. Apontaram, sim, objetivos tendo em conta os seus interesses eleitorais, portanto, da sua simpatia da área política. Mas nenhum deles se comprometeu, com a exceção do PC, que caminho é que tomaria. Aliás, até criticaram, desde o Bloco de Esquerda ao Partido Socialista, aquilo que foi o caminho apontado pelo Partido Comunista. Acusaram de tudo o Partido Comunista sobre a opção que tinha. Mas dizer que no concelho de Mafra foi isso exatamente que se fez, até pela mão de uma autarquia do PSD. E dizer também que, segundo relatos do próprio presidente da Câmara há coisa de um ano, a opção do Partido Comunista Português da rescisão do contrato, além de ser mais barato do que a situação atual, é hoje evidente a única que pode resolver o problema.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Adélio Miranda.-----

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Caros Presidentes de Junta, Cidadãos que nos seguem pela internet, Barcelenses.-----

-----Face ao que acabámos de ouvir da parte dos representantes políticos dos barcelenses, impõe-se tecer algumas considerações:-----

-----Primeiro – O Partido Socialista reconheceu de uma forma humilde, eu diria, sensata, que a sua obra é de pouca qualidade. Foi aqui dito. Ora, eu diria, ela é de pouca qualidade mas pior, é de muito pouca quantidade.-----

-----Há coisas que o tempo não perdoa e uma das coisas que o tempo não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

perdoa é a verdade vir ao de cima, é os cabelos brancos nas pessoas, as pestanas que crescem, enfim, coisas que eu não vou prolongar. É o caruncho na madeira, a ferrugem nos metais. E ao fim de oito anos de trabalho, culpas de quem? A obra é de pouca qualidade e de pouca quantidade. Todos reconhecemos isso. Penso que mesmo os que comandam reconhecem isso de uma forma triste e isso é mau para Barcelos e para os barcelenses. Não pensem que estou contente com isso, pelo contrário, gostaria que se tivesse investido mais em Barcelos quer em qualidade, quer em quantidade.-----

-----Segundo – Há um clima global de fim de ciclo, de desencanto, de tristeza, de apatia, de indiferença, de impotência. Um dos piores sentimentos que nós podemos ter na vida é a impotência, é não termos capacidade nem visualizarmos capacidade de mudar as coisas. Isso é do pior que nos pode acontecer. E eu sinto que o executivo está numa fase em que sente, e o Partido Socialista, uma grande impotência.-----

-----A acrescentar a tudo isto, temos um executivo fragilizado, depauperado, paralisado. Usa uma política pontual de subsídios, com que critérios? Critérios terceiro-mundistas, sem qualquer planificação, de acordo com interesses políticos circunstanciais, servindo as prioridades de algumas políticas e/ou de alguns políticos.-----

-----Estamos a ficar para trás de forma nítida, de forma que eu diria quase dolorosa. Basta entrar em Barcelos pelo lado do rio. Quando se entra em Barcelos pelo lado do rio, quem ama Barcelos sente uma tristeza profunda. A entrada em Barcelos pelo lado do rio mostra o poder que temos a gerir a Câmara.-----

-----Peço que os barcelenses meditem sinceramente e profundamente sobre este clima de desencanto que tomou conta da nossa cidade e do nosso concelho e espero que brevemente haja novos projetos, novas ambições, sangue novo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

para tirar Barcelos do buraco em que está metido.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Ilídio Torres.-----

DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres – Muito obrigado, senhor presidente, renovo os meus cumprimentos.-----

-----Votámos favoravelmente a moção da CDU, mas eu gostaria aqui de reforçar a ideia de que a descentralização tem que ser acompanhada do caderno de encargos para as autarquias e do respetivo pacote financeiro. De que nem tudo pode ser descentralizado e que há situações que devem ser tratadas de forma universal para garantir a equidade. E que todo o processo tem de ser democrático e os órgãos eleitos naturalmente para terem legitimidade popular.-----

-----Como disse a minha camarada Catarina Martins, o projeto do Governo, o projeto do PS, tem estado sob debate e, como sabem, já mereceu algumas alterações, é um projeto perigoso porque pensa a descentralização sem pensar a democracia. E este é o maior problema do nosso país. Descentralização sem democracia é centralização no presidente de Câmara de todos os poderes. E isso é o que o Bloco não pode permitir. Na generalidade os municípios não têm escala para gerir e o que vem a seguir é naturalmente a privatização para qualquer empresa gerir, tomar conta, e naturalmente visar o lucro. Portanto, votámos favoravelmente esta moção.-----

-----Relativamente às outras intervenções, hoje estranhamente, até me custa um bocado, mas a oposição... estranhamente, e talvez não, a oposição esteve unida nas críticas, quer dizer, as críticas foram transversais e visaram quase todas elas os mesmos pontos, o que é no meu entender um sinal óbvio e nítido do esgotamento deste projeto ou não projeto do Partido Socialista e que está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

naturalmente a chegar ao fim. Não seria tão nostálgico como o senhor doutor Adélio Miranda, mas de qualquer das formas parece-me que se torna evidente a incapacidade deste executivo em acrescentar algo que não seja mais do mesmo, que não seja mais da mesma política esfarrapada. E depois todo este imbróglio em que se meteram.-----

-----Portanto, penso que estamos num fim de ciclo, projetos e ideias precisam-se, certamente que o Bloco de Esquerda também estará nessa luta e apresentará os seus projetos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Paulo Matias.-----

DEPUTADO DO PS – José Paulo Matias – Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Este período normalmente é para fazer a declaração de voto, nós temos uma declaração de voto, votámos favoravelmente a proposta da CDU e votámos favoravelmente porque o Partido Socialista sempre defendeu a descentralização e a regionalização. Não se trata de matéria nenhuma nova para nós, como, inclusivamente, recentemente este Governo tem feito e fez agora um pacote de medidas de descentralização que nós apoiamos e por isso termos votado favoravelmente a proposta da CDU, porque coincide com os nossos princípios e com os nossos objetivos.-----

-----Relativamente às várias intervenções aqui feitas, eu gostava de dizer que o PSD vem aqui fazer um cenário que não é real nem é verdadeiro. Ou seja, não podemos insinuar e fazer mentiras e de tanto repetir essa mentira querer que elas se tornem verdades.-----

-----Não é verdade que nas PPP's o Partido Socialista tenha querido inaugurar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

obras e não sei quê. Desde a primeira hora que chegou à Câmara o Partido Socialista foi contra as PPP's e inclusivamente os contratos que estavam feitos não eram respeitados, não havia a reposição do dinheiro que era necessário fazer, e nós denunciámos isso desde a primeira hora. Travámos imediatamente a questão da PPP por considerarmos que era ilegal e ilegítima.-----

-----A questão da litigância da questão da água e do saneamento não havia outra solução. A Câmara anterior tinha feito um contrato de concessão tão ruinoso que não havia outra solução senão contestá-lo. E foi isso o que o Partido Socialista fez e continuamos a fazê-lo.-----

-----Relativamente à questão do novo hospital, eu acho que é de um certo atrevimento dizer-se que não se fez nada. Disponibilizou-se um terreno, a Câmara Municipal tem terreno disponibilizado para o novo hospital. O que é que o Governo do PSD nos quatro anos anteriores fez para o hospital de Barcelos? Que eu saiba, não fez nada.-----

-----Há coisas que me parece que se vamos querer fazer uma campanha eleitoral e estamos-nos a preparar porque estamos já em pré-campanha eleitoral, se vamos querer fazer uma campanha eleitoral na base das mentiras então isto vai correr mal. Esta é a minha opinião e é a opinião do Partido Socialista.-----

-----Relativamente à intervenção do MIB e do CDS, é evidente que eu concordo essencialmente com a questão dos marcadores e com a análise que temos que fazer do ponto de vista da transparência e destas questões todas. Eu só me admira aqui uma questão sobretudo em relação ao deputado do CDS. É que veio aqui fazer uma intervenção muito a defender a transparência e a privilegiar o interesse público sobre o interesse privado. Parece-me que não é bem essa a política do CDS a nível nacional. Acho que o CDS defende mais o interesse privado sobre o público. Agora se há aqui outro tipo de insinuações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

acho que se deveriam abrir e jogar abertamente porque não me parece que seja legítimo misturar princípios ideológicos, que é a questão do primado do público sobre o privado, ou vice-versa, e os senhores sabem que defendem a iniciativa privada, o interesse do privado sobre o público. Mas eu penso que o que o senhor aqui veio fazer, Zé Manuel, é uma questão de querer fazer insinuações, mas essas devem ser ditas abertamente e concretizá-las.-----

-----Queria só, para terminar, dizer duas coisas:-----

-----Nós subscrevemos as saudações que aqui foram feitas, já tivemos a oportunidade de fazer em relação ao senhor professor João Carvalho do IPCA e em relação ao Zeca Afonso.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Armando Costa.-----

DEPUTADO DO MIB – Armando Costa – Renovo os cumprimentos a todos os presentes.-----

-----Nós votámos favoravelmente a moção da CDU, contudo queríamos referir que na nossa opinião a descentralização e a atribuição de competências aos municípios terá de ser acompanhada pela redistribuição também de competências pelas Juntas de Freguesia e acompanhadas do devido pacote financeiro. Isto já acontece nos grandes municípios portugueses e obviamente quando falamos em descentralização temos que olhar nesta perspetiva.-----

-----Um dos pontos da moção deixa-nos com algumas dúvidas porque consideramos que é contraproducente falar ao mesmo tempo na atribuição de competências aos municípios e freguesias e da criação das regiões administrativas, isto porque as regiões administrativas no modelo em que são atribuídas mais competências às autarquias poderão funcionar como uma estrutura intermédia e que pode acrescentar aqui mais burocracia ao processo e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

quem sabe limitar até a própria autonomia das autarquias.-----

-----Por fim, sobre este ponto, dizer que a descentralização não se faz só por decreto e não é só administrativa. No caso em concreto de Barcelos passa também por tornar algumas iniciativas itinerantes, por exemplo. Claro que os eventos promovidos no centro da cidade tem sucesso garantido no que diz respeito à afluência do público, mas o desafio e a ambição de um executivo descentralizador deve ser deslocalizar algumas dessas iniciativas para as freguesias e dessa forma evidenciar as potencialidades e dinamizar também a economia dessas freguesias.-----

-----Sobre a intervenção do senhor deputado Joaquim Barbosa, a nossa intervenção inicial acaba por dar resposta à intervenção, os senhores falam com muitos floreios daquilo que fizeram nos últimos anos, mas o que é certo é que quando comparamos com os concelhos vizinhos ou com os concelhos do nosso distrito a conclusão que tiramos é que ficamos para trás e que os outros fizeram tudo aquilo que o senhor referiu, só que mais e melhor.-----

-----Partilhamos também da opinião do senhor deputado José Novais do PSD, pintou aqui de uma cor ligeiramente mais negra a fotografia cor-de-rosa que o Partido Socialista tinha feito do último mandato.-----

-----Por fim, revemo-nos por inteiro na intervenção do Bloco de Esquerda e é inequívoco que a contestação à linha de muito alta tensão só começou desde que foram criadas as comissões dos presidentes de Junta e a comissão no âmbito desta Assembleia.-----

-----É tudo.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Filipe Pinheiro.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Filipe Pinheiro – Senhor Presidente da Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público em geral, muito boa noite.-----

-----O PCP, mais uma vez, apresenta aqui uma proposta contra a reforma administrativa.-----

-----Para dissimular faz uma salada e mistura reforma administrativa com descentralização.-----

-----O CDS sempre foi a favor da descentralização e sempre foi a favor da reforma administrativa.-----

-----Como o senhor misturou aqui as duas coisas, o CDS absteve-se da sua proposta.-----

-----Relativamente à intervenção do deputado Joaquim Barbosa, mais uma vez ele vem aqui fazer uma apresentação muito cor-de-rosa do cenário de Barcelos, mas todos nós vimos a apresentação dos outros partidos e viram um cenário como está Barcelos, os indicadores de tudo. Mas veio aqui fazer um ato de contrição, veio aqui dizer que realmente há coisas mal feitas. Veio aqui dizer-nos que há coisas muito bem feitas, mas em sete anos se o PS não tivesse feito nada era mesmo a desgraça completa. Ou melhor, a desgraça é mesmo completa. O senhor vem aqui dizer que fizeram muita coisa, mas já foi aqui apresentado: frente ribeirinha; ligação à variante do IPCA; o fecho da variante; o acesso à Central de Camionagem; eliminação de passagens de nível; implementação de uma verdadeira dinâmica de crescimento do concelho. Nada disto foi feito. E o senhor vem aqui apresentar um cenário extremamente cor-de-rosa que eu acho que só pode apresentar esse cenário por causa do partido em que está, mas acho que está completamente desalinhado. Veja o cenário que foi aqui apresentado. E se vir o cenário que foi aqui apresentado, nada é de cor-de-rosa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----E na sequência disso vem aqui o senhor José Paulo Matias falar do hospital, que o hospital afinal tinha um terreno, mas nunca ninguém sabe onde é esse terreno, gostaríamos de saber onde é esse terreno. Porque o que realmente nós sabemos é que o hospital foi o que foi e o resultado deu o que foi porque não havia terreno.-----

-----Relativamente às PPP's, disse que realmente aqui fizeram umas maravilhas, mas o que nos sabemos é que passados sete anos continuam por resolver, a conta continua a crescer e nada está resolvido.-----

-----Relativamente às águas, espetáculo! Senhor deputado, espetáculo!-----

-----Vêm-nos aqui dizer que realmente tiveram que parar o processo e pararam o processo. E depois? Depois, nada. Sete anos e a única coisa que vocês fizeram é arranjar uma conta de cento e setenta e tal milhões de euros a este concelho e é a única coisa que vocês vão deixar de herança, é uma conta. Mas isso é algum trabalho, senhor deputado? Isso não é trabalho nenhum, porque qualquer pessoa pára. O trabalho verdadeiro é resolver e os senhores não resolvem nada. Nunca resolveram nada, não resolvem nada. E é isto simplesmente o que vocês fizeram. Assumam, por amor de Deus! Ou melhor, vocês já assumiram. Porque é que não vem aqui a esta casa dizer que não assumem?-----

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Está esgotado então este período. Eu queria dizer que subscrevo inteiramente aquilo que o senhor deputado do CDS mencionou relativamente ao professor João Carvalho, aliás, eu sou membro do Conselho Geral do IPCA, assim como outro membro desta Assembleia que hoje não está aqui presente, o doutor João Lourenço. E para além daquilo que referiu, de facto é um caso de sucesso de ensino superior, para além do curso de gestão, os cursos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

engenharia. E aquilo que também foi uma grande luta da parte do professor João Carvalho e de outras entidades, que foi a criação da Escola de Design que vai ter de certeza um papel fundamental também no concelho e na região, e, como sabe, será instalada na Escola Gonçalo Pereira. Portanto, da minha parte estou totalmente disponível, podem contar comigo para uma homenagem em relação ao professor João Carvalho.-----

-----Vamos passar então à ordem do dia, uma vez que não existem inscrições para a intervenção do público!-----

-----No período da ordem do dia temos então a aprovação das atas das sessões de quatro e vinte e cinco de novembro de dois mil e dezasseis.-----

-----Coloco à votação a dispensa da leitura das atas de quatro de novembro!--

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Foi aprovado por unanimidade a dispensa da leitura das atas.-----

-----Coloco à votação a aprovação das atas!-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Aprovadas por unanimidade as atas da sessão de quatro de novembro.---

-----Agora proponho a dispensa da leitura da ata de vinte e cinco de novembro!-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Está aprovada por unanimidade a dispensa da leitura da ata.-----

-----Vamos passar então à votação da aprovação da ata.-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Aprovada por unanimidade.-----

-----Entramos então no segundo ponto da ordem do dia.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato de Cooperação entre o Município e as Freguesias do Concelho de Barcelos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Ilídio Torres.-----

DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Serei muito rápido na apreciação que irei fazer. Este contrato de cooperação entre o município e as freguesias do concelho de Barcelos, conhecido pelo protocolo dos duzentos por cento, é do meu entendimento e do Bloco de Esquerda uma das coisas boas que a Câmara de Barcelos fez. Terminou com a política conhecida do chapéu na mão na busca do subsídio e outras coisas nada abonatórias. Portanto, subscrevemos inteiramente este tipo de política, sempre o fizemos.-----

-----Agora vi com muita surpresa que o PSD quer dar trezentos por cento. Vocês estão muito mãos-largas, hem? Digam lá! Trezentos por cento? Ouçam, o que é importante aqui, e é a posição do Bloco de Esquerda desde o início, nós já o referimos aqui e eu próprio o fiz, aqui o importante era ver se não há situações de assimetria entre as freguesias. Ou seja, há freguesias que têm serviços, que têm competências que outras não têm. Portanto, distribuir o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

subsídio por igual poderá de alguma forma constituir uma situação de desigualdade que poderia ser corrigida. E aí eu poderia compreender que se fosse além dos duzentos por cento para determinadas freguesias e que se pudesse, pela mesma lógica, cair abaixo dos duzentos por cento para outras que naturalmente não tivessem o mesmo tipo de encargos e de despesas.-----

-----Disseram há pouco aqui que abriu a pré-campanha, portanto, os trezentos por cento encaixam perfeitamente no género de campanha que estamos habituados, ainda por cima vindo de que vem.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Naturalmente que irei votar a favor deste novo protocolo por mais um ano, que considero que de facto foi uma grande medida que os executivos do PS tiveram, talvez a melhor, talvez a melhor. No entanto, não quero deixar de fazer aqui algumas considerações sobre os protocolos, algumas provavelmente já disse em anteriores sessões, até porque os protocolos mantêm-se inalterados na sua composição. E dizer o seguinte:-----

-----O ponto número dois da cláusula segunda que pode até ter uma capa de alguma justiça é no meu ponto de vista e do ponto de vista do Partido Comunista uma opção errada.-----

-----Primeiro, esta ideia de que as freguesias que não têm escolas em funcionamento terão de contribuir financeiramente com a freguesia responsável pelo serviço cria a ideia de que a freguesia em que lhe foi retirada a escola pelo fecho da mesma é uma freguesia privilegiada, e não é. A freguesia que lhe foi encerrada a escola é uma freguesia que está em perda em relação às outras freguesias que têm escolas. É uma freguesia menos atrativa, é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

freguesia que tem menos capacidade de resposta àquilo que são as necessidades dos seus fregueses e por isso mesmo já tem custos acrescidos, os que não são palpáveis mas que são visíveis socialmente, não pode ser prejudicada e não pode ser exigido que lhe seja pedido uma contribuição para esses custos de uma freguesia que está ao lado. E para mim numa situação ainda agravante: sem poder de decisão. Porque a freguesia B que não tem escola e que coloca os seus alunos na escola da freguesia A poderá decidir quando é que a escola na freguesia A precisa de obras ou não? Poderá decidir quantas tarefas é que são precisas para de forma a responder àquilo que são as necessidades dos alunos da sua freguesia? Portanto, o que é pedido a uma freguesia que já foi prejudicada pelo encerramento da escola é só a contribuição em termos monetários na comparticipação dos custos, mas não lhe é dada nenhuma decisão. E, ainda por cima, é metido neste ponto um mecanismo de conflito que é quando dizem *“a não observância deste procedimento...”*, portanto, a comparticipação da freguesia que não tem escola, *“...determina a suspensão do pagamento à parte incumpridora”*. Eu entendo que este custo que é exigido à freguesia que está a ser prejudicada por não ter escolas tem que ser assumida pela Câmara Municipal de Barcelos, porque foi a Câmara Municipal de Barcelos, a par do Governo, que decidiu encerramentos de escolas e foi o promotor das escolas. E quem tem que assumir esses custos será naturalmente a Câmara Municipal de Barcelos, não poderá ser também naturalmente a freguesia que tem escola.-----

-----Dizer que também há aqui um mecanismo que abre espaço a tudo, tem aqui áreas delimitadas, competências delimitadas, mas depois tem aqui uma parte que abre espaço para tudo na comparticipação da Câmara para as freguesias. Tenho ouvido várias vezes que há freguesias que são prejudicadas em relação a outras. Tenho ouvido dizer que este protocolo tem servido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

também para corrigir assimetrias. Julgo que não, julgo que as assimetrias continuam, mas também é verdade que freguesias que poderão se queixar que têm sido prejudicadas em relação a outras nunca vieram aqui dizer que tal acontece. E os presidentes de Junta que sintam que estão a ser deliberadamente prejudicados por uma opção política da Câmara Municipal de Barcelos devem ter a coragem de vir aqui e denunciar isto, porque isto não é conversa de café, é aqui que se dizem as coisas. Poderá haver coações, não digo se há, se não há, mas é aqui que se dizem as coisas.-----

-----Por uma questão de transparência o protocolo obriga que a Câmara por intermédio de um gabinete de apoio, elabore um relatório. Seria bom que a Câmara Municipal de Barcelos publicasse esses relatórios no seu sítio informático, da *net*, para que todos os cidadãos, para que todos os eleitos pudessem perceber exatamente aquilo que é desenvolvido, para termos uma ideia mais clara desta relação entre a Câmara e as freguesias por intermédio deste protocolo.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Novais.-----

DEPUTADO DO PSD – José Novais – Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Barcelenses.-----

-----A Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais e a transferência de competências entre autarquias locais (Câmaras e Juntas) e entre o Estado e as autarquias.-----

-----O artigo centésimo trigésimo terceiro dessa Lei estabelece que *“as Câmaras e as Juntas de Freguesia, no prazo de cento e oitenta dias após a*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

respetiva instalação, celebram um acordo de execução que prevê expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências previstas”.-----

-----O protocolo duzentos por cento é um acordo de execução (ao qual as Juntas têm direito) com um valor anual de dois FEF (cerca de quatro vírgula oito milhões de euros), mas a sua cláusula segunda, alínea f) (Outras Participações), contradiz os princípios gerais da igualdade, não discriminação, estabilidade, prossecução do interesse público, continuidade da prestação do serviço público, necessidade e suficiência dos recursos.-----

-----Pois essa cláusula segunda estabelece que *“a Câmara Municipal poderá ainda participar outras realizações ou investimentos, designadamente cemitérios, sedes e outros, para além das descritas anteriormente, sendo a participação financeira objeto de deliberação do Órgão Executivo que apreciará a sua relevância e oportunidade face às disponibilidades financeiras”*.-

-----Ora, ao abrigo dessa cláusula segunda, que é discricionária e contrária à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, nos primeiros três anos deste mandato, desde catorze de outubro de dois mil e treze até trinta e um de outubro de dois mil e dezasseis, o executivo atribuiu sete vírgula oito milhões de euros, para obras nas freguesias, distribuídos da seguinte forma:-----

-----As trinta e sete Juntas eleitas pelo Partido Socialista receberam setenta e cinco por cento, quando representam cinquenta e cinco por cento do total das freguesias;-----

-----As Juntas de Freguesia eleitas pela coligação receberam catorze por cento, quando representam trinta e seis por cento das freguesias;-----

-----E as Juntas Independentes receberam dez vírgula oito por cento, quando representam mais ou menos essa percentagem de freguesias.-----

-----Ora, cada Junta do Partido Socialista recebeu cento e sessenta mil euros,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

cerca disso.-----

-----Portanto, durante três anos a Câmara tirou cerca de noventa e oito mil euros a cada Junta eleita pela coligação, em média.-----

-----Fazendo as contas, senhor presidente, em 3 anos a Câmara de Barcelos tirou perto de dois milhões de euros, mais precisamente um milhão, oitocentos e setenta e seis mil, às freguesias com Juntas eleitas pela oposição, dinheiro a que tinham direito e destinado a obras em mais de trinta freguesias.-----

-----A Câmara não atribuiu dinheiro a muitas freguesias, ao qual tinham direito, para a construção e requalificação de cemitérios, caminhos, estradas, casas mortuárias, sedes de Junta, equipamentos desportivos, obras que fazem falta a milhares de barcelenses.-----

-----O dinheiro público do orçamento municipal é um direito e um dinheiro de todos os barcelenses.-----

-----Com esta prática, a Câmara fez a política de chapéu na mão, senhor deputado José Ilídio Torres. A política do chapéu na mão continua, que tanto criticou no passado e que não lhe fica nada bem fazer aquilo que precisamente criticou durante anos enquanto estava na oposição. Prejudicou as freguesias e atentou contra o direito dos barcelenses e a dignidade dos presidentes da Junta.-----

-----Para o PSD, todas as Freguesias merecem igual tratamento, dignidade, respeito, apoio material, logístico, financeiro, sem olhar à sua cor partidária.-----

-----Por isso, nós propomos a atribuição de um terceiro FEF a cada freguesia, para o financiamento de obras de investimento.-----

-----Este terceiro FEF destina-se a substituir a atribuição de subsídios avulsos e sem critérios e a promover uma visão de concelho no apoio ao investimento indireto executado pelas Juntas de Freguesia.-----

-----O protocolo duzentos por cento é um acordo de execução que estabelece



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

a transferência financeira para cada freguesia, apenas para fins de manutenção, conservação e gestão, e não para o investimento e execução de obras.-----

-----Como se verifica, esta proposta é um direito e é bem exequível e o orçamento da Câmara de Barcelos permite enquadrar uma dotação financeira de dois vírgula quatro milhões de euros para financiar esse terceiro FEF.-----

-----Os objetivos das delegações de competências visam a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, votamos a favor.-----

-----Senhor Presidente, Senhores Deputados,-----

-----Diremos também que, conforme já tomámos posição pública, o PSD associa-se ao trabalho, à obra do professor João Carvalho, presidente do IPCA, que renuncia a partir de um de março. Fez uma carreira notável, desenvolveu um instituto, o mais jovem do país e o segundo instituto sediado numa cidade não sede do distrito, é Barcelos e é Tomar, onde existem institutos que têm sede não em capitais do distrito, e, portanto, o professor João Carvalho merece todo o nosso respeito, a nossa consideração e que tenha muita saúde, que foi aquilo que o fez retirar-se de funções.-----

-----E o Zeca Afonso que com certeza está também na memória de todos os barcelenses e do PSD também.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Estão esgotadas as inscrições, há lugar a uma segunda ronda, se dispensarem a segunda ronda... parece que sim, ninguém se quer inscrever.-----

-----O senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhoras e Senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de União e de Junta, Caras e Caros Cidadãos e também um cumprimento muito especial a quem nos acompanha em casa via *web*.-----

-----Senhor presidente, se me permitir, do período de antes da ordem do dia, só aqui um comentário para o senhor deputado José Manuel Cardoso. O senhor deputado veio aqui falar de que nós éramos os campeões dos ajustes diretos. Senhor deputado, deixe-me dizer-lhe que embora em política muitas vezes se ache que se pode fazer o que se quer e dizer o que apetece, o senhor, pelo menos com as responsabilidades que já teve e continua a ter enquanto cidadão, devia ser mais responsável na intervenção que faz. Porque quando vem aqui dizer que somos campeões nos ajustes diretos, o senhor leu a notícia do JN, que penso que foi essa a fonte que dá origem a ter falado nisso, devia ser sério a dizer que os ajustes diretos que lá estão, e a maioria deles, que é, digamos, o grande pacote financeiro desses ajustes diretos, têm a ver com os transportes escolares. E todos nós sabemos que os transportes escolares, uma vez que as concessões são dadas às empresas de transporte, digo-lhe já são contratos que o Tribunal de Contas nem precisa de reconhecer, porque os ajustes diretos são de milhões de facto, porque são dirigidos e vocacionados essencialmente para os transportes das crianças. Portanto, quando vem aqui dizer que somos os campeões dos ajustes diretos dá a impressão que a Câmara comete ilegalidades. A Câmara nunca cometeu nenhuma ilegalidade deste ponto de vista porque ela está, do ponto de vista da lei, tipificada aquilo que são valores de ajuste direto, aquilo que está sujeito a visto, o que não está. Portanto, queria esclarecer isso porque me parece fundamental e importante.-----

-----Depois, senhor presidente, só apenas aqui um esclarecimento ao senhor deputado Mário Figueiredo que não me parece justo. O senhor deputado veio aqui dizer que a Câmara e o Governo fecharam escolas, não é verdade. E que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

isto acabe de uma vez por todas. O senhor pode fazer também aquilo que quer da sua insinuação, eu vou levar para isto... Senhor deputado, desculpe, a Câmara Municipal de Barcelos não fechou nenhuma escola. A Câmara Municipal de Barcelos aquilo que andou a fazer ao longo do tempo foi tentar que muitas não fechassem. E a senhora vereadora Armandina Saleiro, que é quem tem este pelouro, sabe muito bem, e os senhores presidentes de Junta também o sabem, o esforço que foi feito no sentido de não fechar escolas. Mas são imposições centralizadas e por isso é que eu sou um grande simpatizante da descentralização. Portanto, não foi a Câmara que fechou.-----

-----Outra questão que eu queria que percebesse é aquilo que falou sobre o sistema de compensação das freguesias que têm escolas e as que não têm escolas. Aquilo que está estipulado no protocolo, e tem sido um apelo que eu faço sempre aos senhores presidentes de Junta, é no sentido de que as freguesias que não têm a escola mas têm alunos a frequentar uma determinada escola devem de forma solidária compensar por aluno, porque nós sabemos quanto é que custa mais ou menos um aluno. Porque um aluno numa escola tem uma série de custos que estão centralizados na freguesia onde está situada a escola e naturalmente se uma freguesia que tem dez alunos numa área fora da sua área de influência e recebe um FEF sem esse custo escolar deve naturalmente compensar a escola pelo número de alunos médio daquilo que é um custo que a própria freguesia não tem.-----

-----Mas também quero dizer aqui que o Partido Socialista não precisou de nenhuma delegação de competências por lei porque foi uma opção do Partido Socialista em dois mil e nove estas competências, com o respetivo pacote financeiro.-----

-----Vou ter que dizer isto ao senhor deputado José Novais. O senhor afirma aqui que para o PSD todas as freguesias merecem igual tratamento. Com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

certeza que merecem. Não é a história do passado que assim o demonstra.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara.--

-----Vamos passar então à votação!-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Foi aprovado por unanimidade.-----

-----Vamos passar ao ponto número três da ordem do dia.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da Primeira Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano do ano de dois mil e dezassete.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Hugo Cardoso.-----

DEPUTADO DO PSD – Hugo Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia, Senhoras e Senhores.-----

-----Não obstante de votarmos favoravelmente esta proposta, porquanto consideramos que a realização de obra e investimento é sempre uma mais-valia para o concelho, a mesma merece na nossa opinião algumas considerações que julgamos de especial interesse e pertinência trazer a esta Assembleia.-----

-----O assunto em questão, e que discutimos neste terceiro ponto da ordem de trabalhos, não é mais do que uma revisão orçamental, a primeira revisão ao orçamento municipal e opções do plano do ano de dois mil e dezassete.-----

-----Ora, tratando-se de um instrumento legal, que serve para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, como é o caso em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

apreço, o orçamento pode ser objeto de revisões e de alterações, tendo estas por objetivo a flexibilização da execução orçamental, devendo assumir carácter de excecionalidade.-----

-----Dito isto, é importante desde logo relembrar, às senhoras e senhores deputados, que as opções do plano e orçamento do município de Barcelos para o ano de dois mil e dezassete foram submetidos, discutidos e aprovados por maioria dos membros desta Assembleia há precisamente três meses, no passado dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dezasseis.-----

-----Num olhar rápido sobre o documento, constatamos que se trata de uma simples alteração orçamental que passa pelo reforço de dotação de despesas, resultante da diminuição de outra dotação.-----

-----Mas também é verdade que uma parte importante desta questão reside precisamente aqui.-----

-----Em primeiro lugar, porque nos fica a clara sensação de que alguma coisa terá falhado no momento em que este orçamento foi preparado. Não nos parece existir uma razão lógica para que se aprove um orçamento, tal qual o fizemos, e, volvidos apenas três meses, estarmos aqui novamente a discutir a aprovação de uma revisão orçamental, revisão esta que tem por base a redução de uma despesa cabimentada (no caso em concreto, de um Centro Escolar) para socorrer a obras de investimento e reparação de infraestruturas, no valor de um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil euros.-----

-----É que, embora o documento em discussão não refira que tipo de intervenção vai ser realizada, e tendo como exemplo o loteamento da Malhadoura, não nos parece razoável que uma obra de quase meio milhão de euros não tivesse sido acutelada aquando da elaboração do orçamento.-----

-----Da mesma forma, também não nos parece razoável que se utilize sequer a justificação de intervenções urgentes e inadiáveis, porquanto no caso em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

concreto das piscinas municipais, tanto quanto nos é possível saber, há dois anos que o executivo sabia que os requisitos não estavam a ser cumpridos, tendo a Câmara inclusivamente sido notificada pela Delegação de Saúde e desde dois mil e dez que estavam já identificadas várias necessidades de conservação e manutenção, havendo inclusivamente um projeto para execução dessas obras.-----

-----É que também não nos parece nada razoável que o senhor presidente se alheie das suas responsabilidades ao afirmar que, e passo a citar, “contacto com o problema há pouco tempo” e tente um passa-culpas para o vereador Carlos Brito, como se não fosse o senhor presidente o responsável máximo pela gestão deste município.-----

-----Mas ainda que assim não fosse, senhor presidente, de que forma explica aos barcelenses e a esta Assembleia o facto do vereador Carlos Brito ter abdicado dos seus pelouros em maio de dois mil e dezasseis e, portanto, assumimos que desde essa data não tenha lidado com mais nenhuma situação diretamente relacionada com a gestão do município, tendo sido inclusivamente o senhor presidente a assumir os seus pelouros e, mesmo assim, quase dez meses depois, ainda tente passar as responsabilidades para outros que não o senhor presidente?-----

-----Como explica o senhor presidente o facto de seis meses (o tempo que decorreu desde a renúncia aos pelouros por parte dos quatro vereadores do Partido Socialista e o mês de novembro, altura em que aprovámos o orçamento) não tenha sido suficiente para que o senhor presidente se tivesse inteirado de todos os *dossiers* da Câmara Municipal?-----

-----Este é um exemplo claro do prejuízo público causado pela luta de poder pelo poder, dentro da Câmara e do Partido Socialista, em que o presidente e o executivo gastaram e gastam o tempo que lhes é pago em guerras pessoais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

esquecendo a responsabilidade que têm de administrar bem aquilo que lhes foi confiado pelo voto popular.-----

-----Apetece mesmo perguntar, o que andou de facto o senhor presidente da Câmara a fazer?-----

-----Os barcelenses, hoje mais do que nunca, querem que os políticos encontrem soluções para os seus problemas. Não estão minimamente interessados que andem por aí a guerrear-se numa rivalidade que só a luta do poder pelo poder é capaz de explicar.-----

-----Enquanto isso, segue este concelho à deriva dos interesses pessoais e políticos de alguns...-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Ilídio Torres.-----

DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres – Obrigado, senhor presidente.-----

-----Só para colocar duas ou três questões. Relativamente às piscinas eram conhecidos os problemas, já vinham de alguns anos a esta parte. A minha pergunta é muito simples: porque é que se teve que chegar a um ponto de rutura? Porque é que teve que ser uma identidade externa a recomendar ou a deliberar o seu fecho? Quer dizer, porque é que não se respondeu a este problema com ações concretas? Vai ser feito agora com prejuízo para todos os seus frequentadores, para os miúdos da escola. Porque é que em tempo oportuno, naturalmente em tempo de férias, não se resolveu já este assunto? A pergunta é muito prática.-----

-----Relativamente ao loteamento social da Malhadoura, quer dizer, isto devia chamar-se outra coisa, porque isto sempre teve problemas, sempre meteu água, como outras coisas aqui na Câmara. E a minha pergunta é muito simples: quatrocentos e noventa e cinco mil euros parece muito dinheiro, fica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

resolvido de vez o problema? As casas ficam com os seus problemas resolvidos e vamos ter o loteamento de Milhazes direitinho e a funcionar?-----

-----Relativamente ao Teatro Gil Vicente. Informaram-me que são questões de segurança que estão na base desta necessidade da adaptação de um teatro, quer dizer, que é recente, tem muito pouco tempo. Não se acautelou essas questões de segurança? Falaram-me que é um tanque qualquer que tem que ser feito por causa dos fogos ou coisa do género. É também relativamente a isso que eu esperava uma justificação, não precisa de ser muito longa, só dizer-me porque é que isso não foi acautelado aquando da sua construção, porque é que não se fez isso há mais tempo, porque é que andamos sempre a remendar as coisas.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Estive até quase para abdicar do uso da palavra tendo em conta que aquilo que tenho para colocar foi mais ou menos colocado anteriormente, mas não quero deixar de afirmar não a minha posição mas a posição do Partido Comunista Português, que é bem mais do que eu. Portanto, para dizer o seguinte:-----

-----Queria perceber realmente o que é que significa no concreto isto da reabilitação do exterior das moradias, o que é no concreto esta reabilitação.-----

-----Segundo, não quero deixar de dizer e de estar de acordo com os meus colegas deputados que me antecederam, dizer que naturalmente todos reconhecemos que o material tem desgaste, que pontualmente ao longo dos tempos é preciso as suas requalificações, reparações, beneficiações, tudo isso nós reconhecemos. Agora, vou usar um termo popular, não é aceitável que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Câmara seja apanhada com as calças na mão. Teria que ser a Câmara naturalmente, em tempo útil, a acautelar esta situação. Acho que até fica mal ter que ser uma entidade exterior a dar essas indicações quase em tom de ultimato a um município que deveria de acautelar essas situações e deveria monitorizar o desgaste de todo o tipo de edifícios ou maquinaria que tem sob a sua responsabilidade.-----

-----Também gostaria de perceber o que é que significa esta adaptação e utilização do Teatro Gil Vicente. Se é como disse o deputado do Bloco de Esquerda de questões de segurança, se tem a ver com o edifício de apoio ao Teatro Gil Vicente que julgo que não tem qualquer utilidade, pelo menos que eu tenha me apercebido. Portanto, aquilo que eu peço é que haja uma maior clareza nestas intervenções visto que são palavras que têm um sentido muito lato e que pode abraçar muitas coisas e que nós poderemos não estar a perceber exatamente o que é que se passa.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Jaime Dantas.-----

DEPUTADO DO MIB – Jaime Dantas – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Segundo notícias recentes, o Governo da República vai transferir para as Câmaras Municipais os juros de mora relativos ao pagamento de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e IMT (Imposto Municipal sobre Transmissão onerosa de imóveis) dos últimos doze anos.-----

-----As verbas relativas ao atraso no pagamento destes impostos municipais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

estavam retidas na Autoridade Tributária e, por se tratar de receitas municipais, o Governo decidiu transferi-las para as Câmaras.-----

-----Em causa estarão setenta e oito ponto sete milhões de euros que, de acordo com fonte oficial, serão movimentados em breve para os cofres das autarquias.-----

-----Obviamente que este valor não será distribuído de forma equitativa por todos os municípios. Ao que conseguimos apurar, no caso da Câmara Municipal de Barcelos, o encaixe financeiro será da ordem dos trezentos e noventa e dois mil, setecentos e setenta e nove ponto três euros.-----

-----Gostaríamos de saber se o senhor presidente da Câmara confirma esta receita extraordinária e, em caso afirmativo, qual o destino que prevê para o montante em causa.-----

-----Sobre a primeira revisão ao orçamento municipal e opções do plano do ano de dois mil e dezassete, votaremos naturalmente a favor.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Filipe Pinheiro.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Filipe Pinheiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Câmara, Caros Colegas, Público, muito boa noite.-----

-----Não questionamos a necessidade das obras na piscina, no Teatro Gil Vicente ou na Malhadoura. Mas questionamos o executivo: porquê o passa para trás da escola ou o centro escolar da Várzea? A execução deste é menos importante que os outros projetos? Porque é que retiraram um milhão, trezentos e cinquenta mil euros e atrasaram o investimento para o ano seguinte? Atrasaram o investimento, mas não todo, apenas oitocentos mil,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

porque há seiscentos mil euros de investimento que foram simplesmente truncados, gostaríamos de saber porquê. Questionamos então porque é que foi este projeto passado desta maneira.-----

-----Compreendemos as necessidades das obras e assim vamos votar a favor desta proposta.-----

-----Tenho dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Está esgotada a primeira ronda, há uma segunda ronda... parece que ninguém quer utilizar.-----

-----Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Eu vou responder já ao senhor deputado Filipe Pinheiro, porque penso que é o mais simples. Não está nenhum centro escolar para trás. Isto é o início da execução das obras. Portanto, como nós para inscrevermos no orçamento temos que arranjar verba, naturalmente fez-se uma deslocação daquilo que são os valores totais dos centros escolares para estas obras serem inscritas, mas não está em questão nenhum centro escolar da Várzea, até porque o centro escolar da Várzea pertence a um plano de financiamento do quadro comunitário. Portanto, não está em questão aqui o centro escolar da Várzea.-----

-----Em relação ao senhor deputado Jaime Dantas, confirmo, senhor deputado, a transferência da verba, de trezentos e noventa e dois mil e qualquer coisa, e o destino desta receita extraordinária, por exemplo, para as obras que estamos aqui a discutir, que estão a ser inscritas nesta primeira revisão, que é preciso um milhão e trezentos mil euros e, portanto, vem nessa perspetiva, dar ajuda do ponto de vista do orçamento.-----

-----Vamos agora explicar o porquê desta primeira revisão. A Câmara Municipal fez ali uma intervenção no Largo Martins Lima, se se recordam, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

naquela altura o que foi previsto tecnicamente por razões de segurança de incêndios, porque quando estamos a falar em segurança do Teatro Gil Vicente não é só a nível de incêndios, é portas corta-fogo e essas coisas todas, porque aquilo que foi a empreitada feita antes supostamente devia ter portas corta-fogo, não têm, e, portanto, temos que adquirir essas portas corta-fogo porque senão as autoridades criam-nos uma série de problemas. Mas em relação àquilo que é, digamos, o maior investimento desta verba inscrita, que são duzentos e sessenta e cinco mil euros, tem a ver com um tanque que temos que fazer ali dentro, um tanque de água, e atendendo à exiguidade do espaço e à envolvente do próprio espaço, isto é um tanque muito, muito especial. E porque é que temos que fazer o tanque? Porque de facto aquilo que nós tínhamos como perspectiva, que foi também nessa altura que fizemos a intervenção na rede de água, é que ela tivesse, e tem, no nosso entendimento, pressão suficiente para o caso de haver um incêndio, mas as autoridades dizem que não. E, portanto, temos que construir o tanque. E daí nós termos que fazer esta intervenção no Teatro Gil Vicente, porque, como se diz lá fora, por razões de segurança, neste caso contra incêndios.-----

-----Senhor deputado Ilídio Torres, não houve ninguém que deliberasse o fecho das piscinas, fui eu que assumi o encerramento das piscinas. O encerramento das piscinas foi assumido porque eu tenho um relatório que, depois da intempérie de há uns dias atrás, se recordarão, a estrutura das piscinas sofreu de uma forma violenta e a mim não me peçam para permitir um espaço público ser usado pelos cidadãos com o risco da segurança desses próprios cidadãos. Independentemente dos impactos que isso possa ter até do ponto de vista político, a prioridade aqui são os cidadãos. Portanto, tive que decidir, decidi, decidi em consciência em função dos relatórios que tenho, mas as piscinas tinham um plano para a intervenção e com as entidades,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

naturalmente nós tínhamos apresentado um plano de intervenção das piscinas que não era este que está nesta altura, mas fomos forçados a antecipar esse plano no sentido de encerrar as piscinas por razões de segurança dos cidadãos.-

-----No entanto, o município de Barcelos garantiu que todos os profissionais que trabalham nas piscinas, nomeadamente que seriam os mais atingidos neste caso os prestadores de serviços, continuassem a prestar esse serviço. E quero aqui referir que é com satisfação que vi que esses profissionais aderiram à proposta, que foi desenvolver a sua atividade também no âmbito da saúde, do lazer, do desporto, noutras atividades que o município tem. Portanto, esses técnicos que são em regime de prestação de serviços estão a colaborar tecnicamente numa série de situações que o município desenvolve e mantêm-se úteis ao município.-----

-----Malhadoura.-----

-----A Malhadoura é uma questão de justiça. A Câmara Municipal de Barcelos fez um empreendimento chamado Malhadoura há muitos anos e recordar-se-ão que uma vez até usei aqui a expressão que isto foi supostamente a custos controlados e o Partido Socialista sempre considerou que isto era a custos descontrolados. E continua a custos descontrolados. A verdade é que fomos vendendo aquilo que eram as frações que lá estavam, que são, se a memória não me falha, trinta e uma ou trinta e duas, foram vendidas totalmente, mas há defeitos em obra. Há defeitos em obra, a Câmara notificou o adjudicatário de então que não reconhece as deficiências do edifício. Quando falo na Malhadoura, falo em todas as vivendas. Eu cheguei a ter aqui uma reunião com os proprietários da Malhadoura a quem disse que a Câmara assumiria, como entidade de bem, naturalmente as responsabilidades de corrigir as deficiências de construção, mas em primeira linha a Câmara tinha o dever de junto do adjudicatário naturalmente exigir que ele repusesse aquilo que são deficiências



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

de construção, há relatórios, há vistorias ao edifício, há receções, provisórias, há tudo, só que o adjudicatário não assumiu. Na falta de assumir esta responsabilidade – o adjudicatário tinha uma garantia bancária na ordem dos cento e sessenta mil euros aqui na Câmara precisamente desse empreendimento – a Câmara decidiu executar essa garantia bancária. O adjudicatário, que é aquilo que a lei diz, tem direito a reclamar a garantia bancária e reclamou a execução da garantia bancária. E então fomos cair no tribunal. E, portanto, isto é um processo que está a decorrer no tribunal onde essa mesma empresa adjudicatária está a exigir à Câmara quinhentos mil euros. Mas isto é um procedimento daquilo que foi feito da adjudicação. Mas o problema persiste no edifício. E, senhoras e senhores deputados, não me sinto nada bem, enquanto cidadão e enquanto presidente da Câmara, enquanto não resolver o problema àqueles cidadãos que compraram na sua boa-fé uma propriedade que foi o município que construiu e que vendeu.-----
-----Entretanto, alguns destes proprietários, no seu desespero perfeitamente compreensível, moveram ações contra o município. E temos neste momento dezanove ações contra o município. Mas eu mesmo com as ações continuo a achar que eles têm razão, e o problema persiste. Só que agora estamos aqui com um problema de legalidade de posse da propriedade que não é fácil de ultrapassar. E, portanto, aquilo que eu assumi perante a senhora juíza foi de que a Câmara tudo faria para resolver este problema. E para ser resolvido o problema teve que se fazer o projeto, teve que se fazer o valor estimativo ou orçamental daquilo que é a intervenção. Mas agora estamos confrontados com um outro problema, é que a Câmara notificou cada um dos proprietários a autorizar que o próprio município faça esta intervenção. E estamos a falar a nível de intervenções exteriores do edifício, o chamado capoto, penso que é o termo técnico, que precisa de facto para evitar a infiltração de humidades. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

verdade é que para a Câmara fazer esta intervenção todos os proprietários à partida terão que autorizar a Câmara a fazer a intervenção porque aquilo trata-se de propriedade privada e, portanto, há legitimidade do proprietário em não autorizar a intervenção, embora ela seja consequência disto que eu vos estou a explicar. E aquilo que eu assumi, não fui eu diretamente, foram os nossos advogados perante a juíza do tribunal, foi de que a Câmara faria o procedimento na mesma e que se fossem criadas as condições pelos proprietários a Câmara fará esta intervenção.-----

-----É evidente que eu para assumir isto com a justiça tenho que iniciar o procedimento, porque senão a senhora juíza dizia: “Não, o senhor está a dizer uma coisa, mas não há garantia que o senhor vai fazer”; eu disse: “Não, eu comprometo-me a iniciar todos os procedimentos”. Portanto, tudo farei para que isto venha a acontecer. Por isso, é que tem que ser inscrito neste processo.-

-----E à pergunta, penso que foi o senhor deputado José Ilídio Torres, se fica resolvido de vez, não fica. Isto é uma intervenção do exterior e depois temos que pensar em corrigir o interior, ou seja, o interior consequência deste exterior tecnicamente mal feito.-----

-----Portanto, eu sou dos primeiros que dou razão àquelas famílias que ali estão, que já têm sofrido muito e não me parece justo que continuem a sofrer, a Câmara irá tentar corrigir, é só a questão que os proprietários o façam.-----

-----Eu pedi ajuda ao senhor presidente da Junta da União de Freguesias, que está ali, e que de uma forma solidária manifestou logo a vontade em ajudar, porque depois há proprietários que estão no estrangeiro, enfim, é uma série de dificuldades. Eu não posso garantir a ninguém porque quando um proprietário destes me vem perguntar “quando o senhor pensa fazer a intervenção?”, nós não podemos reparar uma, deixar de reparar outra, isto tecnicamente não é possível. Portanto, teria que haver aqui a vontade de todos no sentido de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

resolver o problema integralmente. Até porque tecnicamente me dizem que se houver a correção de uma das frações e outra eventualmente não for corrigida há risco daquela que não foi corrigida penetrar naquela que foi corrigida e, portanto, isto tem que ser feito tudo num bloco. Portanto, aquilo que for da minha responsabilidade e competência naturalmente que farei para corrigir por razões de justiça e para garantir que o município de Barcelos é uma entidade com honra, com dignidade e que assume as suas responsabilidades.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Vamos então passar à votação!-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

-----*(Um do CDS-PP)*-----

-----Foi aprovada por maioria.-----

-----Declaração de voto? Faz favor, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO PSD – Hugo Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Apenas para dizer, tenho pena que o senhor presidente já não vá ouvir, votámos favoravelmente e agradecemos de facto a explicação que o senhor presidente nos acabou de dar, explicação bastante detalhada, e que só veio adensar mais as nossas dúvidas. Porque de facto se há assim tantos problemas, qual o real motivo para que isto não tivesse sido acautelado na preparação do orçamento? E depois desta explicação detalhada tenho legitimidade, temos legitimidade para pensar, para dizer isto que vou dizer, das duas, uma: ou alguma coisa correu mal na preparação do orçamento ou estamos em ano de eleições e então vale tudo.-----

-----É só isto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Faz favor, senhor deputado, para declaração de voto.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Eu absteve-me nesta revisão do orçamento porque, mediante agora a explicação que deu o senhor presidente da Câmara relativamente à situação da urbanização da Malhadoura, estou a ver que vamos ter aqui um problema de muitos anos. Eu pouco percebo de construção, eu gostaria de votar favoravelmente, mas faltou-me aqui uma explicação: é que diligências a Câmara está a fazer junto do empreiteiro que fez a obra. É só por isso.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Isso é uma declaração de voto do senhor deputado.-----

-----Declaração de voto do senhor deputado Armando Costa.-----

DEPUTADO DO MIB – Armando Costa – Nós votámos favoravelmente esta proposta, mas ficamos aqui depois com uma dúvida, que é a seguinte:-----

-----Tínhamos ficado com a ideia que o reescalonamento do investimento no centro escolar da Várzea que libertou verbas para o investimento nas piscinas, no Teatro Gil Vicente e no Bairro da Malhadoura. Entretanto, perante a questão que foi colocada na nossa intervenção, aquilo que o senhor presidente disse foi que a verba extra que o município ia receber que ia ser também utilizada no investimento nestas três obras. Não temos a certeza é se esta verba foi inscrita na revisão do plano e orçamento que nos foi entregue, e fica essa questão.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Vamos passar ao ponto número quatro da ordem do dia.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU).-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Ilídio Torres.-----

DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Os fundos comunitários dedicados à reabilitação urbana têm que ser enquadrados em Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano – PEDU – e englobar três componentes: a mobilidade, regeneração urbana e comunidades desfavorecidas.-----

-----Um plano estratégico corresponde a opções políticas dos eleitos que têm o poder de decisão, que por sua vez devem envolver todos os agentes sociais e a população. Caso contrário, corre o grande risco de não ser estratégico e corresponder apenas a alguns interesses.-----

-----Dar um prazo tão limitado de discussão pública depois de tudo estar preparado e elaborado, ao jeito de digam lá qualquer coisita sobre isto, mas pouco se pode alterar. É só para cumprir a prerrogativa de lei, na expectativa de que quanto menos interferirem melhor. A Câmara, diga-se em abono da verdade, em nada promoveu esta discussão e em nada estimulou a participação cidadã. Já que assim não sucedeu até ao momento, tome-se pelo menos em atenção esta obrigatoriedade no acompanhamento e monitorização do processo.-----

-----Sobre o ARU em discussão – centro histórico – e a sua estratégia de orientação do movimento de regeneração urbana, genericamente concordamos até porque se justifica saber aproveitar a oportunidade de fundos para rentabilizar em projetos que correspondam a necessidades de enquadramento das estratégias de desenvolvimento dos territórios. Ora aqui é preciso ter uma visão global do concelho e definir apostas de desenvolvimento em que o PEDU deva assegurar-se como alavanca e fator de mudança. Sobre isto recorde-se que em maio de dois mil e onze foi apresentado, com pompa e circunstância, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Programa Estratégia Barcelos Dois mil e Vinte, do qual nunca mais se ouviu falar e em nada resultou de intervenção.-----

-----Por outro lado, não se podem esquecer outras componentes essenciais: sociais, culturais e económicas, sobretudo viradas para a criação de emprego.---

-----Mas começemos pela identificação do problema: o *boom* da especulação imobiliária e do mercado de alojamento local, dos últimos anos, acentuou significativamente a “expulsão” de moradores do centro histórico. A renovação de muitos edifícios também não se traduziu num maior acesso à habitação no centro histórico. A face mais visível da nova “reabilitação urbana” tem sido, aliás, a proliferação indiscriminada de atividades comerciais e de serviços. Criaram-se novas centralidades urbanas em áreas residenciais periféricas o que fez com que o tradicional centro da cidade (Largo da Porta Nova / Rua Direita) perdesse quase por completo a função de residência.-----

-----É intenção deste programa, e muito bem, devolver a função de residência ao centro histórico.-----

-----Agora é preciso ver como e para quem?-----

-----Não podemos cair na tentação do que está acontecer nas grandes cidades, que é a gentrificação dos centros urbanos. "A gentrificação é um produto do urbanismo neoliberal" com um planeamento regulado pelo valor de mercado, o que provoca a expulsão das classes mais vulneráveis e a sua substituição por classes de maior rendimento. Assim se artificializa a função residencial nos centros das cidades, prolongando a desigualdade económico-social e o movimento centrípeto de concentração na periferia.-----

-----De qualquer das formas, a página cinquenta e um deste documento é interessante o assumir de alguns pontos fracos, nomeadamente: a cidade de costas voltadas para o rio; o campo da feira desvalorizado; a desertificação do centro histórico; a falta de mobilidade que penaliza a acessibilidade à área



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

central do concelho; a falta de percursos acessíveis a pessoas de mobilidade reduzida; a falta de dinamização cultural...-----

-----Questiona-se: perante estas evidências, o que foi feito para corrigir e alterar?-----

-----Tendo em atenção o apresentado nas páginas dez e onze sobre as prioridades de investimento (PI) inseridas no eixo urbano do programa operacional regional norte dois mil e vinte, e o apresentado na página cinquenta e sete a propósito dos três eixos de intervenção no centro histórico, há a destacar o seguinte:-----

-----Reabilitação do edificado.-----

-----Não tornar o centro num espaço nobre das classes mais abastadas. Recuperar sem perder a identidade nem o público-alvo, que deve ser a população jovem a restituir a vivência à cidade, criando-se para tal um subsídio municipal de arrendamento.-----

-----Proteção e Valorização do Ambiente e da Qualificação do Espaço Público.-----

-----Sem pôr em causa a importância e premência de intervenção nos edifícios e espaços referenciados no documento, o Bloco de Esquerda defende que deveria constar desta lista de prioridades o Campo da República, vulgo Campo da Feira, inclusive como sempre defendemos através de um concurso de ideias para um melhor aproveitamento deste recinto nobre da cidade; também a criação de um parque urbano, porventura nas margens do Cávado associado a espaços à volta da frente ribeirinha, que permitisse que os barcelenses usufríssem da natureza, praticassem desporto, fossem incentivados à preservação biológica dos espaços, nomeadamente através daquilo que já há muito também defendemos que é a criação das chamadas hortas familiares.-----

-----Dinamização e Desenvolvimento Económico.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Fazer do ícone internacional que é o Galo de Barcelos um fator de dinamização cultural e económico, criando no centro da cidade uma referência de rota e de mostra permanente. Dinamizar na cidade o espaço de atividade cultural através do Teatro Gil Vicente e outros espaços públicos e em simultâneo instalar um espaço de criação musical que permitisse aos grupos ensaiar e gravar trabalhos.-----

-----Com estes pressupostos e críticas ao apresentado e com a vontade de que as sugestões possam ser atendidas, o Bloco de Esquerda vota favoravelmente este documento porque considera essencial fazer crescer a dinâmica de pessoas e funcionalidade do centro histórico e porque somos defensores da liberdade de uma cidade sem muros nem ameias.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----O Partido Comunista vai votar favoravelmente este documento, consideramos um documento de extrema importância para o futuro da cidade e do próprio concelho, isto não implica que o nosso apoio não contenha algumas considerações e alguns desacordos sobre o mesmo.-----

-----E dizer o seguinte:-----

-----O documento demonstra a importância e a necessidade da intervenção na zona histórica, no combate à desertificação, na promoção da atratividade da cidade e do bem-estar e no desenvolvimento económico.-----

-----Demonstra igualmente a incapacidade dos executivos do PS que ao longo de quase oito anos de mandato não foram capazes de promover a reabilitação urbana de forma significativa, mantendo-se toda esta área, praticamente, igual desde o início dos mandatos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Este programa de reabilitação abre muitas potencialidades, mas contém igualmente grandes perigos. As fotos do antes e o atual que lá contém demonstra que houve muitas condutas erradas. São vários os exemplos, desde autênticos mamarrachos como é exemplo aquele do Campo São José, desde a retirada da calçada portuguesa na Rua Direita, entre outras. Dizer que a intervenção a fazer nesta ARU terá que ser pensada, sustentada, que tenha como preocupação a identidade da cidade, a sua cultura, as suas características sem que isso signifique a imobilidade e o conservadorismo mas sim a regeneração moderna dos espaços públicos.-----

-----O documento demonstra a urgência de reabilitação de espaços públicos – ditos passeios e as praças – segundo o PERU cinquenta e cinco por cento desses espaços necessitam de correções, sendo que vinte e seis por cento necessitam de correções generalizadas pois são classificados como em mau estado. Há, também, situações incompreensíveis nesta área. A Rua Irmã São Romão é uma rua pedonal que, simultaneamente, serve de parque estacionamento cujo acesso das viaturas a uma rua pedonal é a dois metros de uma passadeira. Nada é dito sobre esta rua. Dizer que à frente da Casa Tem Tudo, julgo que toda a gente a conhece, o cruzamento entre duas ruas é feito numa passadeira, ou seja, quem vem de carro de uma das estradas ao entrar na outra entra por uma passadeira. Há, também, nesta área inúmeros obstáculos a cidadãos com mobilidade condicionada dificultando a acessibilidade a vários espaços.-----

-----Para além dos espaços públicos, o município é proprietário de vinte e cinco edifícios. Será aqui que intervirá diretamente e onde se definirá muito do sucesso da execução deste programa, deverá, por isso, o executivo envolver a comunidade e essencialmente deverá ouvir os seus principais utilizadores sobre as intervenções a fazer. É exemplo a intervenção no mercado municipal, a saber se já ouviu o município os utilizadores que ainda lá exercem a sua actividade, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

sabe quais são as suas preocupações, as suas necessidades e as suas aspirações.-----

-----Dizer que há, segundo o documento, noventa e dois equipamentos coletivos, muitos não são propriedade do município e que precisam de ser reabilitados ou mesmo deslocados (os serviços) para outras instalações, sobre o estado degradado de alguns edifícios o município deveria ter uma acção reivindicativa na exigência de melhores condições, defendendo os interesses dos barcelenses. E refiro-me ao Hospital Santa Maria Maior, ao balcão da Segurança Social (que foi esquecido no documento) e ao Tribunal.-----

-----Como nota, dizer que esta área tem noventa e cinco hectares e não tem uma única escola primária.-----

-----O município deve ter atenção à necessidade de intervenção no Campo da República, sem que isso signifique o prejuízo da feira semanal. Deverá ser promotor de discussão pública no sentido de potencializar aquele espaço nobre da cidade.-----

-----Todos os investimentos a realizar são importantes, muitos outros faltarão, pede-se por isso ao executivo que tenha uma estratégia exata sobre que centro histórico quer e estabelecer prioridades. Não me parece que o investimento de novecentos mil euros no edifício dos Paços do Concelho seja uma prioridade.-----

-----O documento refere-se à reabilitação da zona ribeirinha, entendo que muito mais deveria ser feito, pois o mesmo documento diz que os pontos fracos de Barcelos são a poluição do Rio Cávado e cidade de costas voltadas para o rio.-----

-----A reabilitação na zona ribeirinha ignora o património ribeirinho como os açudes e os moinhos. Esta ARU tem dois açudes: o açude da ponte e o açude de Vessadas. Não me parece que sejam objeto de requalificação e muito está a pôr



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

em causa o curso normal do rio e toda a sua estabilização. Estes açudes exigem uma intervenção urgente, pois está a criar sérios prejuízos. Seria importante também uma maior interligação entre a cidade e o rio não só numa ponte pedonal que é referida na travessia do rio, mas também uma ponte pedonal que ligue a margem da Azenha, portanto, à frente do Turismo, e a Fonte de Baixo, isto é, contornando a casa do doutor Andrade.-----

-----Dizer, em tom de preocupação, o aumento da atratividade da zona histórica é fundamental mas que associada a uma lei de arrendamento especulativa poderá ser uma séria ameaça e expulsar quem sempre permaneceu numa zona histórica e isto é uma preocupação sincera, não é como a deputada Assunção Cristas que votou esta lei e depois lamenta por se estar a fechar o comércio tradicional.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra a senhora deputada Rosa Macedo.-----

DEPUTADA DO PSD – Rosa Macedo – Muito boa noite, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores presentes e via *web*.-----

-----O PSD vota favoravelmente a aprovação do Plano Estratégico de Reabilitação Urbana para a área de reabilitação urbana do centro histórico da cidade de Barcelos, ainda assim colocando algumas considerações:-----

-----É conhecedor, pelas políticas que regem o território a nível global, que a reabilitação dos centros urbanos apresenta-se como uma das temáticas incontornáveis no debate da cidade contemporânea, determinando-se como um dos principais objetivos do planeamento urbano e do ordenamento do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

território. Assume cada vez mais uma dimensão pública, onde municípios e população em geral adquirem responsabilidades no processo, estende os seus limites para além dos centros históricos e simultaneamente exige aos técnicos capacidade prospetiva de resposta face aos problemas atuais, cujo grau de conhecimento ainda é evidentemente insuficiente.-----

-----Sabendo que é de grande importância o alinhamento de estratégias e prioridades de atuação locais com as linhas gerais enquadradas quer a nível europeu quer nacional, o documento aqui apresentado diz respeito à definição de uma operação de reabilitação urbana sistemática, referente ao PERU, tendo como objetivo a revitalização concretamente do centro histórico de Barcelos.----

-----A análise ao PERU e sua estratégia de atuação para a área do centro histórico de Barcelos permite compreender que o que nos é apresentado traduz-se como resultado de um trabalho de campo vindo a ser desenvolvido desde os anos noventa. O que demonstra um trabalho exaustivo e exemplar no que compreende a recolha de dados e seu tratamento, relativos quer ao edificado, sua ocupação, estado em que se encontra, bem como ao espaço público em que este se insere.-----

-----Decorrente do trabalho exaustivo detetou-se um aumento da degradação do parque edificado, uma elevada perda da população residente, a redução de atividade económica e serviços. Problema comum de várias cidades do país. De forma a inverter esta situação, consideram a aplicabilidade de uma estratégia renovada de reabilitação urbana segundo três eixos de ação, edificado, espaço público e economia, cujo objetivo transversal aos três seria o de estabelecer um conjunto de regras de intervenção no edificado e no espaço público que garantam o respeito pela coerente homogeneidade do tratamento, para assim fixarem residentes, atividades, visitantes e turismo.-----

-----Da nossa análise ao documento importa refletir sobre alguns aspectos:---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----A palavra reabilitar induz um voltar a habilitar o centro histórico, por isso, a dimensão dos projetos definida no programa funcional, a dimensão temporal e a social, são necessárias a integrar através de um gesto de reposição e de continuidade com a envolvente existente.-----

-----Apesar de exaustivo no modo e grau de análise, original de um anterior plano de pormenor, o resultado do PERU volta-se para questões de imagem do centro e não para a metodologia de intervenção. Assume-se como um instrumento de gestão urbanística, ao estabelecer normas, e não como um meio para alcançar um fim. Não estando ainda em algum momento a informação sobre como a participação da população no processo se poderá proceder.-----

-----Uma verdadeira reabilitação decorrerá pela consciencialização dos problemas, eliminação de barreiras urbanas físicas, teóricas e políticas, e pela implementação de uma metodologia em tempo real segundo os mecanismos de apoio e atuação existentes atualmente, onde acima de tudo a população terá de ter um papel fundamental para que as estratégias determinadas sejam felizes, e aí, sim, obtermos um centro histórico reabilitado.-----

-----No regulamento das taxas o município de Barcelos isenta do seu pagamento as recuperações e remodelações de edifícios do centro histórico, uma boa prática! Mas como tencionam motivar os agentes privados a aderirem ao movimento de regeneração urbana? Como vão criar condições para que os agentes privados possam solicitar financiamento ou garantias ao instrumento financeiro para a reabilitação e revitalização urbana vinte vinte?-----

-----A atuação nos edifícios que promovem é importante! A atuação nos espaços públicos que promovem é importante! Atuar na vertente da promoção de espaços voltados para a prática e fixação do turismo são importantes! Mas isso irá resultar num centro histórico museu, de cara e ruas lavadas mas sem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

população! O grande desafio que se coloca à reabilitação em panorama global é que a população é cada vez mais flutuante, então como se poderá fixar a mesma?-----

-----Só através da compreensão global da cidade é que se irá conseguir reabilitar devidamente o centro histórico, porque este é parte de um todo, e como parte do todo não pode ser analisado individualmente, isto claro, se a intenção da proposta for a de inverter os problemas atuais que o centro apresenta e que foram anteriormente referidos. E a população tem de ter obrigatoriamente uma voz ativa, tem de participar e ser parte integrante desta reabilitação.-----

-----Só com este entendimento estratégico de conjunto é que teremos uma verdadeira política de reabilitação a aplicar no centro histórico de Barcelos.-----

-----Obrigada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada. Tem a palavra a senhora deputada Marta Costa.-----

DEPUTADA DO MIB – Marta Costa – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, continuação de uma boa noite a todos.-----

-----A revitalização do centro histórico, nas suas vertentes física e humana, constitui um dos pilares principais do programa de acção do MIB, como forma de inverter um processo de definhamento cujos efeitos mais visíveis são a forte degradação do seu edificado e a sua desertificação, ao nível de residentes e atividades.-----

-----Por isso, em tempo oportuno, apoiámos e votámos favoravelmente a criação da ARU – Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico – que promoveu e aprovou incentivos de natureza fiscal, em sede de IMI, IMT e IVA,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

para estimular os proprietários de imóveis degradados a realizarem a sua recuperação. Foi um primeiro passo positivo.-----

-----Neste momento, impulsionado pelo programa de financiamento comunitário do Portugal Vinte Vinte, surge este Plano Estratégico de Reabilitação Urbana que tem como objetivo operacionalizar ações concretas, com financiamento garantido, para intervir nos edifícios municipais muito degradados e no espaço público.-----

-----Saudamos, entre outras, as intervenções previstas no Mercado Municipal, na Casa do Rio, frente fluvial, melhoria da mobilidade na ponte medieval, que vão de encontro ao que sempre defendemos como grandes prioridades.-----

-----Devemos sublinhar, como ponto crítico deste plano, a ausência de estratégia para a intervenção nos edifícios privados. Está provado que os incentivos fiscais, sendo importantes, não são determinantes para que os particulares recuperem os seus edifícios. Só o farão quando sentirem que o mercado terá a dinâmica suficiente que garanta a procura necessária para as lojas e apartamentos.-----

-----Lembramos que a solução que apresentamos para dar um forte impulso reside no IPCA, criando condições para que os estudantes de fora do concelho se alojem no centro histórico. Basta replicar o excelente exemplo da cedência pelo município da escola Gonçalo Pereira a instalação do Curso de Design. É esse o caminho. Estão no IPCA centenas de potenciais residentes no centro histórico.-----

-----Não podemos esquecer a questão do estacionamento e mobilidade urbana, fatores muito condicionadores do repovoamento do centro histórico, questões para as quais este plano é omissa e não tem resposta.-----

-----Mas, meus senhores, Roma e Pavia não se fizeram num dia. Julgamos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS
(Gabinete do Presidente)

valeria a pena aprofundar este plano nessas vertentes e também criar âncoras socioculturais que promovam uma atratividade permanente, ao longo do ano.---

-----Muito obrigada pela atenção.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----Estão esgotadas as inscrições da primeira ronda. Inscrições para a segunda ronda?-----

-----Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Não pretendo, senhor presidente.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Vamos passar então à votação!-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Vamos passar ao ponto número cinco da ordem do dia.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Barcelos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Senhor deputado José Ilídio Torres, faz favor.-----

DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Serei bastante rápido. Relativamente a estas alterações ao regulamento dos períodos de abertura e funcionamento dos estabelecimentos não vemos nada que prejudique esta medida, que não seja o acautelamento do sossego das pessoas que porventura vivam ao redor destes espaços de restauração e outros. Vemos com agrado que se possa ter estabelecimentos abertos até mais tarde,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

há pessoas que trabalham até mais tarde e há uma dinâmica jovem na cidade que de alguma forma este diploma também acautela. Mas refiro que seria importante garantir o sossego das pessoas porque a ele têm direito.-----

-----Eu aproveitei este ponto para vir aqui falar numa coisa que há muito tempo me anda a apetecer falar. Ali junto ao Senhor da Cruz, ao domingo, reúnem-se umas pessoas da terceira idade, no início com umas concertinas e a coisa até parecia que Barcelos agora era Ponte de Lima, que se tinha recuperado umas tradições, e bem, mas de repente, quer dizer, comecei-me a aperceber que é um indivíduo que chega lá com o carro, que descarrega uma aparelhagem, que debita um som estridente e horrível, uma música sem qualidade, a terceira idade faz ali o bailarico, dá uns beijinhos e tal, e pronto. Eu não tenho nada contra isso, aliás, sou um defensor do amor, mas o que se está aqui a falar, quer dizer, é de um espaço público nobre da cidade e que ao domingo nos obriga àquela barulheira. Quer dizer, fenómenos culturais, quando as pessoas se juntam para tocarem instrumentos que sejam da tradição popular de uma forma espontânea é uma coisa, agora este tipo de encontro, havendo espaços na cidade onde estas pessoas se podiam encontrar, é para mim profundamente lamentável. Até porque dá azo no oposto, um conjunto de jovens pegue numa aparelhagem e comece a passar Led Zeppelin ou outras coisas que os mais velhos naturalmente não gostam e se calhar a polícia vai lá e prega-lhes uma intimação ou tira-os do espaço. Portanto, o que é para uns tem que ser para outros. Eu não sei, este é um caso sensível, se calhar abordar as pessoas com alguma sensibilidade, mas fazer-lhes ver que há outros espaços na cidade, fechados, onde se calhar até estavam mais à vontade, com menos luz, e a coisa podia funcionar melhor. Fica a reclamação.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Só para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

enquadrar a minha benevolência e por cima não pagam taxa!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Dizer o seguinte:-----

-----Primeiro, não é em concreto sobre este documento, embora este documento também tenha essa particularidade, este submeter do documento a discussão pública é de facto um mero cumprimento da lei porque não há publicidade sobre esta discussão pública que permita a qualquer cidadão, se quiser, ter uma opinião sobre estes documentos, porque desconhece totalmente que estes documentos estejam em discussão pública. Deveria, portanto, o executivo publicitar mais estes momentos de discussão pública. E conclui também erradamente o executivo que não há contras, portanto, merece a aprovação, o que não é verdade. O que não há é publicidade, não há conhecimento para fazer uma intervenção sobre esta situação.-----

-----Posto isto, dizer o seguinte:-----

-----Eu reconheço que os municípios têm uma ação muito limitada em relação a isto do funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público, embora isto seja mais importante do que aquilo que parece. É que alargar o horário de funcionamento, em alguns praticamente vinte e quatro horas, e nem sequer me estou a referir a funções que tem sociais, como é o caso da restauração e outro tipo de serviços, estou-me a referir a comércio puro, foi um enorme contributo para a desregulamentação dos horários de trabalho e foi adaptar e formatar uma sociedade ao consumo e àquilo que é o ideal das sociedades capitalistas. São vários exemplos de trabalhadores: eu recordo que no dia vinte e quatro de Natal o supermercado o Dia, que é mesmo ao lado da minha casa, às oito e meia/nove horas ainda estão lá os trabalhadores, vinte e quatro de dezembro; as afrontas dos Pingos Doces nos primeiros de maio; os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

feriados; os domingos. E aqueles que defendem o primado, os valores da família, são aqueles que mais querem a desregulamentação dos horários de trabalho ao domingo, ou seja, afastando pais de filhos e afastando marido de mulher, retirando todos os valores daquilo que deve ser os valores da família.---

-----Posto isto, e reconhecendo que a Câmara Municipal de Barcelos e todos os municípios têm uma ação muito limitada neste assunto, não queria deixar de referir o que é exatamente isto: é a formatação e a adaptação de uma sociedade de consumo.-----

-----Dizer também o seguinte:-----

-----Eu sei que estes tipos de regulamento não são prontos-a-vestir, há situações que se adaptam na perfeição e há situações em que pode criar ali conflitos. E tendo esta ideia e sabendo que é difícil corresponder a tudo de uma forma correta, julgo que aqui o que se põe, principalmente nas esplanadas, é conseguir o equilíbrio entre o direito ao lazer e o direito ao descanso. Parece-me, embora tenha consciência que as limitações das esplanadas é mais pelo tempo do que pelo horário e que podiam ter autorização até às seis da manhã, em dezembro, ninguém lá está, mas parece-me que funcionar até às duas da manhã sem estabelecer um período sazonal para isso que é um bocado complicado. Se nós tivermos um verão como tivemos o passado poderemos ter ali quatro/cinco meses de esplanadas a funcionar diariamente até à duas da manhã. E se numa boa parte dos sítios não há qualquer problema que isso aconteça, não há dúvida que há pontualmente alguns locais em que é muito complicado o direito ao descanso. E julgo que a Câmara Municipal de Barcelos deveria de facto permitir o funcionamento das esplanadas até às duas da manhã, mas restringir em determinados períodos e estou muito concretamente a referir-me ao período de férias, julho e agosto, e não permitir que noutras alturas isso acontecesse. Porque o que se quer aqui não é o prejuízo das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

esplanadas, eu também gosto de as frequentar, reconheço-lhe o seu papel social, reconheço-lhe o seu embelezamento na cidade, mas temos que conseguir aqui um equilíbrio entre o direito ao lazer e o direito ao descanso, porque quem tem uma esplanada à porta até à duas da manhã tem que estar lá, os outros só estão lá quando querem, e é preciso acautelar essas situações.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado. Senhores deputados, alguém se quer inscrever para a segunda ronda?-----

-----Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----De uma forma muito rápida, dizer ao senhor deputado José Ilídio Torres que o espaço público não é só para intelectuais, é para os cidadãos. Senhor deputado, eu não o interrompi, faça o favor, não me interrompa, pode não gostar, mas tem que ouvir. Então faça o favor de ouvir!-----

-----A questão das concertinas, o senhor vê isto de uma forma muito ligeira, para si é barulhento, ocupa o espaço público, são os senhores de Ponte de Lima, eu acho que devia vir muita gente de Ponte de Lima e de Lisboa, de todos os lados, mas há uma coisa que provavelmente o senhor é capaz de não fazer mas que eu faço, que é falar, quando tem essa oportunidade no espaço público, com estes cidadãos barcelenses que frequentam este espaço público. E há uma coisa que o senhor devia saber, que é uma coisa chamada solidão, que eu espero que o senhor nunca seja vítima disso na vida. Mas se falar com essas senhoras, velhinhas, aos beijinhos, como o senhor diz, devia perceber, se conversar com eles, que é a forma que muitos têm de fugir à própria solidão da vida por várias razões. Eu admito que há cidadãos que possam sentir-se incomodados com aquilo que se passa no espaço público, mas o espaço público de facto é de todos e nós temos que saber coabitar com tudo. E digo-lhe isto com preocupação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

porque de facto eu antes também de falar com esses cidadãos não me apercebia o quanto era importante estas festas da concertina ao domingo para esses cidadãos. Portanto, devemos refletir, embora seja respeitável a opinião de cada um, o senhor tem a sua, eu tenho a minha, eu respeito a sua, o senhor tem que respeitar a minha. Portanto, é só numa perspetiva que eu vejo, de conversas que eu tenho tido com estes cidadãos, que até é interessante porque aqui rimo-nos todos do namoriscar ou dos beijinhos, mas é interessante um cidadão com setenta anos, e às vezes até mais, ver neste espaço alguém que conhece neste espaço e que vê uma forma de travar a sua solidão e de ter um pouco mais de alegria na vida, que é aquilo que nós desejamos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Vamos passar então à votação!-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Vamos passar ao ponto número seis da ordem do dia.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a aplicação das taxas do Quadro Quarto do Regulamento de Taxas pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas e Obras de Edificação do Município de Barcelos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Não há inscrições.-----

-----Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Não pretendo, senhor presidente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Vamos então votar!-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Está aprovado por unanimidade.-----

-----Vamos passar ao ponto número sete da ordem do dia.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de revisão do traçado da rede secundária prevista a executar no PDM.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Não pretendo.-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Vamos passar à votação!-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Vamos passar ao ponto número oito da ordem do dia.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a concessão de benefícios fiscais, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana (ARU), à requerente Teresa Cristina Gonçalves Vieira Martins.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Não pretendo, senhor presidente.-----

-----Muito obrigado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Vamos passar ao ponto número nove da ordem do dia.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a outorga da Adenda ao contrato de concessão para a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, celebrado entre o Município de Barcelos e a EDP Distribuição – Energia, S.A.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Não pretendo.-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto número dez da ordem do dia.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a recomendar à Assembleia Municipal a criação do Conselho Municipal de Segurança, bem como a elaboração e a aprovação dos respetivos regulamentos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Neste ponto, antes de passar às inscrições, existe legislação, nomeadamente a Lei número trinta e três/noventa e oito, que constitui estes Conselhos Municipais de Segurança, cuja a sua composição é constituída por várias entidades, entre outros, presidentes de Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Freguesia, comandantes das forças de segurança, proteção civil, bombeiros, um representante do Projeto VIDA, etc. A mesa vai apresentar uma proposta em que quer a elaboração de um regulamento, quer a proposta da composição seja atribuída à Comissão dos Líderes dos Grupos Municipais, que apresentariam na próxima sessão para aprovação da Assembleia Municipal. Já previamente isso foi também acordado entre os líderes dos grupos municipais na reunião preparatória desta Assembleia Municipal.-----

-----Estão abertas as inscrições!-----

-----Senhora deputada Susana Araújo, faz favor.-----

DEPUTADA DO PSD – Susana Araújo – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, demais Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados aqui presentes, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social aqui presente, Cidadãs e Cidadãos que nos acompanham via *web*, muito boa noite.-----

-----O Grupo Municipal do PSD vê com agrado a recomendação da criação do Conselho Municipal de Segurança, este que é, sem dúvida, o organismo apropriado para promover a colaboração e articulação entre as diversas entidades responsáveis pela segurança no nosso município, fomentando assim o trabalho em rede, não só como forma de combater a criminalidade, mas também com o intuito de prevenção nas mais diversas vertentes.-----

-----Apraz-nos, porém, lamentar que apenas agora em dois mil e dezassete, curiosamente ano de autárquicas, estejamos a discutir a criação de um órgão que já está previsto na lei desde mil, novecentos e noventa e oito.-----

-----Portanto, a nossa apreensão não é face à necessidade do órgão e à sua importância, porque essas são inegáveis, mas sim ao *timing* em que ele está a ser proposto. Porque mesmo sendo de natureza consultiva convém que ele



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

efetivamente funcione, que haja comprometimento de todas as partes envolvidas. Se for apenas para barcelense ver, não cumpre com o propósito. É preciso perspetivar este órgão para além da formalidade que ele encerra, ou seja, queremos que fique bem clara qual a sua funcionalidade para que este possa realmente ser um contributo para o nosso município. E por isso pretendemos saber, embora o senhor presidente da Assembleia tenha acabado já por responder, como é que será então o processo de elaboração dos regulamentos, mas também importa definir aquilo que pretendemos que ele seja, traçando objetivos específicos e concretizáveis.-----

-----Ainda na senda de órgãos de natureza consultiva, o Grupo Municipal do PSD aproveita mais uma vez para recordar o senhor presidente da Câmara e esta Assembleia que a par da criação do Conselho Municipal de Segurança urge a criação do Conselho Municipal de Juventude. A segurança é atualmente um dos assuntos na ordem do dia e é uma preocupação também ela dos jovens em particular. Sendo esta uma matéria transversal a todas as forças políticas, exigia ser largamente debatida no Conselho Municipal da Juventude, para que todas as juventudes partidárias, associações de estudantes e demais associações juvenis tivessem uma palavra a dizer sobre a segurança no nosso concelho. Mas infelizmente esta auscultação não vai ser possível porque esta Câmara recusa-se a cumprir uma das suas promessas, recusa-se a cumprir a lei e recusa-se a ouvir o que os jovens deste concelho têm a dizer seja em que matéria for. Mas pode ser que ainda antes das eleições se lembrem do que até agora ficou na gaveta.--

-----Para concluir, apenas reforçamos que é fundamental que sejam encetados todos os esforços necessários para o efetivo funcionamento deste órgão no nosso município. Que seja mais um meio para responder às necessidades dos barcelenses e não apenas para servir determinados interesses.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Muito obrigada.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Ó senhora deputada Susana Araújo, a senhora cometeu agora uma coisa que eu acho extraordinária. Viu bem desde quando era preciso constituir o Conselho Municipal de Segurança? Mil, novecentos e noventa e oito. Quem estava cá? Desculpe. Quem estava cá? Desculpe. Durante sete anos não fizeram nada. E depois confunde outra coisa: sabe de quem é a competência da constituição do Conselho Municipal de Segurança? É desta Assembleia. Não é do presidente da Câmara. Aquilo que aqui está feito e que foi recomendado, que foi detetado pelos serviços de uma coisa que os senhores não fizeram quando a lei saiu... Senhor deputado, diz a boa educação quando um fala o outro cala-se. Portanto, quem tem que criar os instrumentos é esta Assembleia. E aquilo que o presidente da Câmara fez junto do órgão é recomendar à Assembleia para cumprir aquilo que está desde mil, novecentos e noventa e oito, que era da vossa competência fazer e que nunca foi feito.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara.--

-----Vamos passar à votação!-----

-----Quem vota contra a proposta da criação da comissão a ser constituída pelos Líderes dos Grupos Municipais para apresentar na próxima Assembleia levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

-----*(Ninguém)*-----

-----Foi aprovada por unanimidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Vamos passar ao ponto número onze da ordem do dia.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração aos Estatutos do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Ninguém pretende usar da palavra.-----

-----O senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Não pretendo, senhor presidente.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto número doze da ordem do dia.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a participação do Município de Barcelos como associado fundador na Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (AptCC).-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----O senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Não pretendo.-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto treze da ordem do dia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada a centro funerário, crematório, columbário e capela, localizada na Rua Penedo Rachado, freguesia de Manhente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Alguém pretende usar da palavra?-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Ponto catorze da ordem do dia.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização e ampliação de uma unidade industrial do setor têxtil, situada na Rua dos Escuteiros, número quarenta e dois, freguesia de Gilmonde.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Tenho aqui uma comunicação que me é dirigida pelo senhor deputado da Assembleia Municipal, que diz o seguinte:-----

-----“Casimiro da Silva Rodrigues, deputado municipal do Partido Socialista e presidente da Junta de Freguesia de Gilmonde, vem comunicar a Vossa Excelência que, referente ao ponto catorze da ordem do dia da sessão acima indicada, declaro-me impedido de participar na discussão e votação em virtude de ter interesse próprio, ser acionista e presidente do Conselho de Administração da Pedrosa & Rodrigues, S.A.”.-----

-----Estão abertas as inscrições!-----

-----Faz favor, senhora deputada Marta Costa.-----

DEPUTADA DO MIB – Marta Costa – Muito obrigada, senhor presidente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Registamos uma nova abordagem relativamente aos pedidos de Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a legalização e/ou ampliação de atividades empresariais privadas, quando localizadas em terrenos de RAN e REN e também Espaços Florestais.-----

-----Tal como sempre afirmámos, no decorrer das recentes propostas do executivo, e principalmente do teor das informações técnicas de suporte às mesmas, não é possível, sob risco de violação do PDM, promover o licenciamento de unidades industriais, nas áreas reguladas pelos artigos trinta e cinco, quarenta e seis, quarenta e nove e cinquenta, do regulamento do PDM, respetivamente nas Áreas Agrícolas de Produção e Espaços Florestais de Produção e Protecção.-----

-----Para contornar esses condicionalismos, decidiu o executivo, em reunião recente, iniciar o procedimento de alteração ao Regulamento do PDM, por força do Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas – RERAE –, aprovado pelo Decreto-Lei cento e sessenta e cinco/dois mil e catorze, de cinco de novembro, que prevê uma suspensão do PDM, na área abrangida pela atividade em causa.-----

-----Assim, as operações urbanísticas que se refiram a atividades que se enquadram naquele regime excecional do RERAE e que tenham obtido decisão favorável condicionada, tomada em conferência decisória, de todas as entidades envolvidas, podem ficar dispensadas do cumprimento parcial ou integral das prescrições do PDM que lhe forem aplicadas, nos termos defendidos nas respetivas atas da conferência decisória.-----

-----Resumindo e concluindo, nos casos submetidos ao regime do RERAE, para que não haja violação do PDM, haverá uma alteração do Regulamento do PDM, já em curso, que será aprovada por esta Assembleia.-----

-----Nos outros casos, nomeadamente a instalação de novas unidades que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

insiram em espaços Agrícola de Produção ou Florestais de Produção e Protecção, a solução aconselhável é proceder à alteração do teor dos artigos trinta e cinco, quarenta e seis e quarenta e nove do Regulamento do PDM, de modo a permitirem, simplesmente, obras e atividades privadas de interesse público concelhio reconhecido.-----

-----É simples e pode evitar situações delicadas para os decisores políticos.----

-----Muito obrigada, pela atenção.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.-----

-----O senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Não pretendo.-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

------(Dois: um do BE, um da CDU)-----

-----Aprovado por maioria.-----

-----Vamos passar ao ponto número quinze da ordem do dia.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização e ampliação de uma unidade industrial do setor têxtil, situada na Rua Industrial, número oitocentos e quarenta e cinco, freguesia de Vila Frescaíña São Pedro.--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Senhor presidente da Câmara, pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Não pretendo.-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

------(Ninguém)-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

------(Dois: um do BE, um da CDU)-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Foi aprovado por maioria.-----

-----Vamos passar ao ponto dezasseis da ordem do dia.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, sita na Rua Nossa Senhora da Guia, número mil e setenta, freguesia de Pereira.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

----- (Dois: um do BE, um da CDU)-----

-----Aprovado por maioria.-----

-----Ponto número dezassete e último da ordem do dia.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Ilídio Torres.-----

DEPUTADO DO BE – José Ilídio Torres – Obrigado, senhor presidente.-----

-----Eu gostaria neste ponto de referir-me a algumas coisas aqui da informação escrita, mas não posso, num breve preâmbulo, deixar de fazer um comentário ao que o senhor presidente da Câmara há pouco disse acerca dos senhores da terceira idade que eu muito respeito. O senhor presidente tentou transformar da minha parte numa menos ou numa menor consideração por essas pessoas. Não é o caso, eu não tenho menos consideração por ninguém, muito menos sou intelectual. Se o fosse era capaz de não andar por aqui.-----

-----Dizer o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Eu tenho o maior respeito por essas pessoas, o que eu acho é que há espaços muito melhores para essas pessoas estarem, conviverem, ouvirem a música que bem entendem. Como é óbvio, umas pessoas gostam de uma coisa, outras gostam de outras, nem vou por aí. Mas, repare, num espaço que é público, onde é debitado um som de grande altura, numa parte do dia que as pessoas podem aproveitar para naquela artéria passear, descontraírem, ir andar com os filhos, quer dizer, de repente, por um lado, têm um espaço asfiziado porque ali, numa zona nobre da cidade, umas pessoas se lembraram de ali estar.-----

-----Eu prezo muito que o senhor presidente tenha o maior respeito por essas pessoas, pela solidão, eu também tenho e acredite que sou muito sensível a essas questões, agora o senhor presidente não tente fazer de mim aqui um monstro dos velinhos, que não sou. Percebe? Sou muito sensível ao problema, o que acho é que é uma zona nobre da cidade que não é suscetível desse tipo de realização. Porque senão abrimos espaço a qualquer outro tipo de situação em que as pessoas ocupem a via pública, impeçam as pessoas de passar, porque é esse o caso, asfiziavam ali aquela passagem e tudo é possível. Mas eu não me vou alongar mais sobre este aspeto, é a minha opinião, se calhar um dia escrevo sobre o assunto.-----

-----Relativamente à informação escrita, já peguei aqui nalguns aspetos, já peguei uma vez no Gil, cansei, não vou pegar nisso. Vou pegar numa coisa pior e não vou ter simpatias aqui nesta Assembleia, eu sei, mas não tem problema. Por isso é que eu sou do Bloco de Esquerda e por isso é que o meu partido não tem medo das questões nem de as colocar como elas devem ser colocadas.-----

-----O que eu quero falar é o seguinte:-----

-----Em vários documentos deste género que aqui chegam à Assembleia assistimos a uma série de subsídios que são dados à Igreja Católica. Não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

interessa se eu só católico, se não sou, isso não está aqui em questão. O que está em questão é que o Estado português é um Estado laico, a Câmara Municipal é laica e, portanto, esta forma repetida de subsidiar obras nas igrejas, pavimentos, cabazes disto e daquilo, depois são distribuídos, pelos vistos, pelo senhor prior, e outras coisas do género, são, no meu entender, a constituição da Câmara como não sendo laica e a Câmara é laica.-----

-----Eu entendo o seguinte:-----

-----Em situações especiais, posso dar um exemplo, a semana de Braga, a semana Santa de Braga é naturalmente uma celebração religiosa que tem um efeito sobre a cidade: turístico, religioso, sem dúvida, mas é uma grande manifestação social. A Câmara Municipal de Braga, obviamente atenta a isso, subsidiará este tipo de realização.-----

-----Depois outras situações que eu posso considerar, como determinados monumentos, por exemplo, de carácter religioso que a Câmara Municipal muito naturalmente, por degradação ou por outro tipo de situação, possa associar-se na correção e financeiramente.-----

-----Agora, neste aspeto, eu sou muito claro. Eu acho que estar a subsidiar obras que são do âmbito da igreja de uma forma repetida extravasam esse sentido laico que deve acompanhar a ação do Governo e a ação das Câmaras Municipais.-----

-----Portanto, eu gostava de ouvir o senhor presidente sobre isso, naturalmente que me vai dizer que estas instituições têm um carácter social que eu não nego, mas, repare, que estamos aqui a discutir uma questão que é ideológica, estamos perante uma perspectiva ideológica. Abrimos a porta a que qualquer outra confissão religiosa possa naturalmente ser subsidiada, ser apoiada, e não vejo isso a acontecer. Vejo a acontecer com a religião católica.---

-----Portanto, era isso que eu aqui hoje queria fazer, porque realmente é de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

uma forma repetida que vemos este tipo de situação.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Na página vinte e quatro desta informação vêm aqui várias contratações de serviços que é preciso fazer tendo em conta a recuperação que vai ser feita do Mercado Municipal, e em boa hora, a verdade seja dita, há muito que o Partido Comunista, e não só, outras forças da oposição, têm dado nota da importância da recuperação deste espaço. Não é bem sobre a aquisição destes serviços, que entendo que são de facto necessários, e uma exigência até legal, o que gostaria de perceber é se esta reabilitação vai exigir a deslocação dos vendedores que lá estão para outros lados, se isso já foi conversado com esses vendedores e arrendatários de um certo espaço, e se a Câmara já falou com eles sobre as soluções que são necessárias e o que é que eles realmente esperam deste novo espaço reabilitado e aquilo que lhes é pedido de forma a intervir, também eles serem um agente de transformação deste espaço.-----

-----Dizer que também na página vinte e quatro há aqui a aquisição de serviços de assessoria jurídica para o projeto de rede de muita alta tensão, gostaria só de saber qual é o valor de referência em relação a esta aquisição de serviços.-----

-----Mas aquilo que me importava referir era o seguinte:-----

-----Naturalmente que o senhor presidente da Câmara, que representa uma instituição política, terá que fazer a sua intervenção também no campo institucional, no campo jurídico se assim o for, mas é de notar que o senhor presidente da Câmara, embora tivesse afirmado isso logo no início do surgimento do problema, nunca tentou envolver as populações na defesa dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

seus direitos e no combate as estas linhas de muito alta tensão, apesar da sua legitimidade e da sua força ter origem realmente nas populações e nos cidadãos barcelenses.-----

-----Dizer que esse envolvimento está agora a ser feito pelas comissões que foram entretanto surgindo e julgo que isso é que será, apesar de não desvalorizar o tipo de iniciativas no campo institucional e jurídico, mas julgo que será o envolvimento das populações na luta e na defesa dos seus direitos que será determinante na resolução deste problema. Porque uma coisa é o senhor presidente estar reunido com um secretário de Estado ou um ministro qualquer com a porta fechada, sem ninguém, outra coisa é ter mil cidadãos barcelenses à porta a exigir aquilo que o senhor tem que exigir lá dentro. Portanto, esta força transformadora, esta força de luta, esta força reivindicadora da população não poderá ser ignorada, muitas vezes é ignorada, porque o poder político sabe que quanto mais envolvidos estiverem os cidadãos melhor perceberão quais são as opções políticas de cada força.-----

-----Dizer também o seguinte:-----

-----Em relação ao PERU, e que também está referida na página vinte e seis, o PERU fala sobre o rio Cávado, a poluição e costas voltadas da cidade para este rio. E dizer que a Câmara Municipal de Barcelos é um agente poluidor do rio Cávado, conforme constatou a GNR através do seu núcleo de proteção e ambiente. A Câmara, para além de não cumprir também o seu dever fiscalizador, é um agente de poluição quer das margens, quer da própria água. Basta deslocar-se aqui bem perto que nós vemos descargas de água, não só águas pluviais mas também águas domésticas e de origem desconhecida, com maus cheiros e com cores variadas que são descarregadas diretamente para o rio Cávado e que estão a destruir a margem porque estão a criar galgueiras na margem, impedindo a sua precária circulação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Dizer que a Câmara Municipal de Barcelos deve, de uma vez por todas, promover essa interligação necessária entre a cidade e o rio e não constituir-se como um obstáculo no acesso ao rio. E estou a falar na localização dos estaleiros, dos depósitos de materiais e construção, e aí pratica muita poluição porque descarrega tudo na margem abaixo, a localização do horto que poderia ter outras localizações, bem como a utilização indevida daquele espaço do Brigadeiro com descargas de restos de árvores abatidas ou podadas. É inaceitável que a Câmara Municipal de Barcelos tenha este comportamento quando, com pequenas decisões, poderia alterar em muito o acesso ao rio Cávado.-----

-----Perguntar à Câmara Municipal de Barcelos se tem algum protocolo com os Bombeiros Voluntários quer de Barcelinhos, quer de Barcelos, quer de Viatodos na monitorização dos jacintos, essa espécie invasora que cria dificuldades e cria prejuízos ao nosso rio Cávado.-----

-----Termino só para dizer que olho com bom grado este protocolo da Câmara Municipal de Barcelos com o plano de acolhimento de refugiados, é bom que todos aqueles que podem dar este sinal o façam, porque nós vivemos num mundo e numa Europa que cada vez mais olha para o umbigo, olha para o dinheiro e refuta qualquer intervenção solidária, humanitária, julgando as pessoas quase como simples objetos, que leva aos dramas que nós temos visto quer no Mediterrâneo, quer em outras zonas do mundo.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Novais.-----

DEPUTADO DO PSD – José Novais – Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Barcelenses.---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Algumas questões ao senhor presidente da Câmara:-----

-----Ponto um - Linha do Minho.-----

-----A modernização da Linha do Minho é uma oportunidade única para eliminar pontos de risco e de insegurança para as populações situadas ao longo do percurso desta linha.-----

-----Perguntamos:-----

-----Alínea a) As passagens de nível situadas no centro de Arcozelo e junto à Estação CP vão ser eliminadas?-----

-----São locais de insegurança e sinistralidade, cortam a cidade ao meio e representam um sinal de subdesenvolvimento para a cidade e o concelho, senhor presidente!-----

-----Alínea b) As passagens de nível reclamadas pelas populações, passagens de nível viárias e/ou pedonais, nomeadamente na Silva e outras localidades vão ser eliminadas?-----

-----Alínea c) O Governo e/ou a Infraestruturas de Portugal já respondeu à proposta aprovada pela Assembleia Municipal na sessão de vinte e cinco de novembro passado?-----

-----Ponto dois – Rede Viária.-----

-----Os incêndios florestais devastaram a floresta ao longo da estrada nacional cento e três, nas freguesias de Vila Cova, Palme, Feitos e outras freguesias, transformando uma floresta num cenário verdadeiramente lunar e desolador.-----

-----Em vinte e cinco de novembro, relativamente a uma verba de trinta e seis mil euros, destinada à beneficiação da rede viária florestal do concelho de Barcelos, perguntamos:-----

-----Quais foram os caminhos florestais beneficiados, senhor presidente?-----

-----Em que Freguesias?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Qual foi a data em que foram executadas as obras nesses caminhos?-----

-----Não recebemos resposta.-----

-----Ponto três – Água e saneamento.-----

-----Para ajudar a sustentar a decisão que o senhor presidente da Câmara e o executivo vão tomar para definir o futuro modelo de exploração das redes de água e saneamento, o presidente da Câmara encomendou, embora muito tardiamente, alguns estudos e pareceres.-----

-----Voltamos a perguntar:-----

-----Alínea a) Quando vai fornecer o estudo que a Câmara contratou em onze de julho ao professor João Duque, por vinte e cinco mil euros, com o compromisso de estar pronto até trinta e um de agosto de dois mil e dezasseis?-----

-----Alínea b) A Câmara também vai fornecer o estudo que contratou em trinta de setembro de dois mil e dezasseis à Reportmaxi, por noventa e um mil euros, com o compromisso de estar pronto ao fim de seis semanas, isto é, meados de novembro passado?-----

-----Ponto quatro – Antenas de Telemóveis.-----

-----As antenas de telemóveis nas áreas residenciais são desde há vários anos suspeita de malefícios para a saúde das pessoas, pelas radiações que emitem!-----

-----Tal como acontece com a Linha de Muito Alta Tensão e que tem gerado preocupação junto das populações!-----

-----Perguntamos:-----

-----Alínea a) Em Arcozelo, no Edifício Jardim, Lote trinta e oito, está em fase de licenciamento alguma antena de telemóveis?-----

-----Alínea b) As antenas que existem sobre os prédios estão licenciadas?-----

-----Ponto cinco – Urbanismo.-----

-----Ainda a bomba de Arcozelo.-----

-----Em que ponto se encontra o processo?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----A negociação com o requerente foi tentada?-----

-----Mais uma litigância.-----

-----Quanto vai custar aos cofres da Câmara?-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Joel Sá.-----

DEPUTADO DO PSD – Joel Sá – Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Comunicação Social, Excelentíssimo Público.-----

-----Senhor presidente, são três questões muito concretas que trago cá, repetidas.-----

-----O primeiro assunto é relativo à Quinta do Sancho, em Barcelinhos. O senhor presidente na última Assembleia Municipal tinha respondido que o processo estava a ser analisado para se encontrar a melhor solução, de acordo com o que tinha acordado com o Governo, e era para perguntar ao senhor presidente se já tinha alguma novidade, algum esclarecimento relativamente a este assunto.-----

-----Outra questão que também foi tornada pública, é relativamente à insolvência da empresa que explora os caulinos em Vila Seca e Milhazes. Sendo a Câmara Municipal uma entidade que assinou o protocolo, portanto, tem aqui uma responsabilidade quer como parte desse protocolo, quer como fiscalizadora em relação a este assunto, que posição e que diligências é que estão a ser tomadas pela Câmara Municipal?-----

-----Relativamente ao terceiro assunto, é um assunto que eu tenho estado a acompanhar na Assembleia da República, que é a linha de muito alta tensão, e continuamos a falar muito sobre este assunto, continuamos a tecer muitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

comentários, mas aquilo que nós verificamos, e a verdade seja dita, é que o único esforço que se nota e que é visível é dos senhores presidentes de Junta que estão permanentemente em ação, estão permanentemente na Assembleia da República em prol das populações e que desenvolvem um esforço muito forte para que este traçado seja alterado. Mas aquilo que é certo e que já foi dito pelo senhor ministro do Ambiente, e ele respondeu a questões muito concretas na Assembleia da República, é que a linha passa e não há volta a dar.-

-----O senhor presidente da REN diz que já tem todas as licenças e tem tudo acordado para que a linha passe no concelho de Barcelos. A Câmara Municipal de Barcelos emitiu essas licenças? O que é que está acordado com a REN relativamente a este assunto?-----

-----O senhor presidente anunciou uma providência cautelar relativamente à passagem da linha de muito alta tensão. Que consequências é que espera ter dessa providência ou será mais uma litigância para continuarmos a adiar o assunto?-----

-----E, por fim, para vos dizer que este assunto é muito simples de resolver. Basta que o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista e o PS, eles suportam este Governo, são vocês que fazem os acordos nos corredores da Assembleia da República às escondidas de toda a gente, que exijam do Governo... É um facto, são vocês que apoiam e suportam este Governo na Assembleia da República, são vocês que exigem as medidas que bem entendem, eu sei que é muito mais fácil ser do contra aqui e depois na Assembleia da República suportarem este Governo. Nós estamos muito à vontade relativamente a isto porque o secretário de Estado anterior mandou elaborar um novo estudo de impacto ambiental quando a Câmara Municipal e as populações se opuseram relativamente ao primeiro traçado. Portanto, compete a este Governo e ao senhor ministro do Ambiente, em particular, e aos partidos que o suportam. Portanto, vamos ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

coerentes e vamos ser sérios, como tive a oportunidade de dizer na Assembleia da República, vamos deixar de continuar a enganar a população com muitas diligências, mas o que é facto é que está nas mãos do senhor ministro do Ambiente, que é suportado por estes três partidos, que suspendam a linha ou que a alterem. Portanto, está nas vossas mãos, de uma vez por todas, serem consequentes com aquilo que dizem, com as atitudes, exigirem que o Governo suspenda ou altere o traçado. E mais uma vez, que diligências o senhor presidente da Câmara tem tomado neste sentido para que seja alterado todo este processo?-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Faria.-----

DEPUTADO INDEPENDENTE – José Faria – Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.-----

-----Eu vou falar, já não tão extensivamente como tinha previsto, da linha de muito alta tensão porque já foi aqui muita coisa dita.-----

-----No entanto, eu queria dizer que os panfletos que hoje foram distribuídos aqui por todos os membros desta Assembleia foi um trabalho elaborado e aprovado por unanimidade quer dos presidentes de Junta que fazem parte da comissão, quer pelos partidos políticos que fazem parte dessa comissão.-----

-----O senhor presidente da Câmara, de acordo com o compromisso assumido com as Juntas de Freguesia, através do departamento jurídico, apresentou uma providência cautelar no sentido de impugnar a avaliação de impacto ambiental.-----

-----De todo o trabalho que esta comissão tem realizado tem sido elaborada uma ata, incluindo as reuniões com os diversos membros do Governo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Todas as atas e outros documentos relevantes foram por mim enviados ao departamento jurídico da Câmara, com a convicção de que os mesmos seriam muito importantes para a ação interposta pela Câmara Municipal.-----

-----Quando esta comissão foi aqui votada havia alguma desconfiança relativamente à sua atuação, havendo mesmo o receio de que a mesma iria colidir com a legitimidade do senhor presidente da Câmara. Quero aqui realçar o espírito de união com que a mesma tem trabalhado.-----

-----Ora como anteriormente demonstrei, pela entrega dos documentos, existe, isso sim, uma vontade de interação ente as duas entidades.-----

-----Ainda no passado dia vinte deste mês, com o apoio das Juntas e da dita comissão, um autocarro com cinquenta e nove pessoas se deslocou à Assembleia da República, aquando da audição do senhor diretor-geral de Energia e Geologia na Comissão de Ambiente, Poder Local, Ordenamento do Território e Habitação. Foi muito importante pois o senhor diretor disse, entre muitas outras coisas, que não via inconveniente que outros traçados fossem apresentados e estudados – isto é um dado novo! – desde que o proponente, a REN, assim o entendesse. Portanto, eles estão abertos a isso.-----

-----A pergunta que desejava colocar ao senhor presidente da Câmara é a seguinte:-----

-----Se a Direção-Geral de Energia e Geologia, que é a entidade licenciadora, decidir aprovar este projeto, está o senhor presidente e a Câmara disponíveis para interpor nova ação jurídica com a finalidade de impugnar a decisão da Direção-Geral de Energia e Geologia?-----

-----Termino fazendo um apelo à união de todos os lesados, que neste caso são todos os habitantes do concelho de Barcelos, para uma luta difícil, é certo, mas que podemos e devemos vencer.-----

-----Eu queria recordar aqui que nós recebemos um documento do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Parlamento Europeu, com data de sete de fevereiro deste ano, em que a senhora comissária europeia da energia decidiu suspender o traçado na Galiza e fazer outro estudo novo, dizendo textualmente que uma linha de muito alta tensão não poderia colidir com o interesse social das populações. Ora, o que está a acontecer aqui neste caso é mesmo isso.-----

-----Eu pergunto se nós não podemos ter a mesma interatividade e a mesma capacidade de chegar ao Parlamento Europeu, como eles chegaram. Isto em relação à linha de muito alta tensão.-----

-----Mas gostaria, e isto é mais um apelo à compreensão aquilo que eu vou dizer, já não está relacionado com a linha de muito alta tensão, eu já falei disto com a senhora vereadora, que teve a amabilidade de compreender, várias vezes, que foi aqui a questão dos transportes e a questão da contribuição que todas as freguesias que não têm escolas devem dar para onde existe as escolas. Eu até nem estou em desacordo com isso. Mas há uma pergunta que aqui me apraz fazer: alguém contabilizou os custos com os transportes escolares das freguesias para as freguesias onde há escolas? Quem contabilizou? Quanto é que custa transportar as crianças de uma aldeia para a outra onde existe escolas?-----

-----Eu devo dizer que a Vila Seca custa, em média, doze mil euros por ano. O transporte escolar custa, em média, em Vila Seca, doze mil euros por ano. Eu penso que não há nenhuma Junta de Freguesia que gaste em manutenção escolar doze mil euros por ano. E eu já falei com a senhora vereadora e a senhora vereadora é sensível a esta situação, a qual eu agradeço. Eu tinha que trazer esta questão aqui, que eu penso que deve ser pensada, e no apelo que o senhor presidente fez, a solidariedade entre as freguesias, também se devia pensar um bocadinho nisto.-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Era só isto.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Alguém se pretende inscrever para a segunda ronda, mais restrita de tempo?-----

-----Senhor deputado Mário Figueiredo, faz favor.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente.---

-----Dizer o seguinte:-----

-----Em relação a esta questão da linha de muito alta tensão, que naturalmente quem tem que resolver este problema não é a REN nem é ninguém, é o Governo. O Governo tem essa responsabilidade. O Governo que, neste momento, é um Governo do PS.-----

-----Mas dizer o seguinte:-----

-----Este problema não tem meses, já tem muito tempo. Portanto, o Governo de Passos Coelho e de Paulo Portas também podiam ter resolvido o problema. Esses também podiam ter resolvido o problema e não o fizeram.-----

-----Depois dizer também outra coisa:-----

-----Muito da origem deste problema está na privatização da REN, em que o PSD tem responsabilidades sobre isso. É aquilo que falou há bocado o senhor deputado Matias, que é o primado do privado sobre o primado do público que vocês tanto gostam. E agora nós temos um problema porque querem submeter os direitos de uma população aos lucros de uma empresa que foi privatizada e que vocês estiveram de acordo com isso. E querem isso!-----

-----E dizer o seguinte:-----

-----O acordo do Partido Comunista com o PS é um acordo que é público, que tem limitações, é verdade, fruto de muitas contradições deste Governo, mas não é um acordo feito como quis insinuar nos corredores nem nos gabinetes de advogados. E também lhe dizer que muito menos fazemos acordos com advogados, com empresas e com a *troika*, como vocês fizeram, que levou à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

ruína deste país.-----

-----E dizer o seguinte:-----

-----O acordo que nós temos com o PS tem muitas limitações, mas o facto de travar e de parar a vossa política de austeridade, a vossa política de ataque aos salários, de ataque às pensões, já não foi coisa pouca. E vocês deveriam ter resolvido este problema da REN, não deveriam estar de acordo com a privatização da REN, que agora desembocou neste problema todo porque vocês também fazem jogo duplo nisto. É que aqui estão de acordo com a população, mas depois lá em baixo produzem legislação que facilita os lucros à custa da exploração dos direitos das populações.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Agradecia que não entrassem em diálogo para evitarmos alta tensão também aqui nesta casa da democracia.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Cardoso.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Mais uma vez, boa noite a todos.-----

-----Eu nunca contribui muito para a discussão da linha de muito alta tensão, já pessoas do meu partido aqui o fizeram, mas há uma coisa que acho que todos nós sabemos, pelo menos na casa do nosso membro desta Assembleia Mário Figueiredo, certamente que usa eletricidade e não anda à luz de vela. O custo da linha de muito alta tensão é o custo do progresso, meus caros. Temos que saber é uma coisa que estamos aqui a discutir: que é minimizar os efeitos que esta linha de muito alta tensão pode trazer para o nosso concelho. E isso existe a comissão, tem todo o nosso apoio e certamente que a Câmara, na qualidade do senhor presidente, tem que resolver essa situação, minimizando o impacto da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

passagem dessa linha de muito alta tensão.-----

-----Agora o que eu não suporto... Mário, desculpa tratar-te por tu, aliás, os comunistas gostam todos de se tratar por tu... o que eu não suporto é uma coisa. Não escondo que gosto de algumas tuas intervenções, mas sejamos honestos politicamente. Vocês têm dezassete deputados na Assembleia da República que suportam o atual Governo, portanto, vocês dão a maioria na votação na Assembleia da República, vocês têm o poder de condicionar a ação do Governo. Agora, não venha acusar o passado porque o passado foi sufragado e ganhou quem ganhou ou quem teve maioria para fazer no parlamento e, portanto, a responsabilização dos atos deste Governo também passa pelo PCP. Ou o PCP só conta para fazer o acordo que lhe convém e depois quando aqui-del-rei sacode a água do capote? Isso para mim não me surpreende, já estou habituado isso no Partido Comunista. Agora há uma verdade que eu sei: é que caiu a máscara ao Partido Comunista, como caiu ao Bloco de Esquerda, e basta ver o que se está a passar com a comissão parlamentar de inquérito com a Caixa Geral de Depósitos. Imaginem os senhores se fosse na altura do Governo PSD/CDS!-----

-----Muito obrigado, senhor presidente.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Faria.-----

DEPUTADO INDEPENDENTE – José Faria – Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados.-----

-----Eu quando estive aqui esqueci-me de mostrar o documento que veio do Parlamento Europeu, está aqui em nosso poder, e diz: “A CE propõe um novo traçado de linha de muito alta tensão que poderá unir a Galiza e Portugal perante a inaceitabilidade social”. Isto foi tratado por uma deputada chamada Lídia Senra, deputada radical de esquerda da Galiza. Portanto, está aqui, eles



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

dizem que todas as linhas que passem a menos de quarenta metros das habitações são inaceitáveis, eu queria dizer que tive em Vila Seca dois senhores da REN que disseram que não passava em Vila Seca em nenhuma casa, tinham um computador, abriram-no, viram os mapas, finalmente está a menos de quarenta metros de algumas casas. Eles disseram: “Ah, há aqui um engano, se calhar desviando...”; eu disse: “Mas se desviar de um lado vem bater na outra”; diz ele: “Pois, aqui é um problema”, reconheceram isso dois senhores que estiveram comigo duas horas e meia para me convencer.-----

-----E depois também queria dizer que há aqui outra coisa. Há aqui jurisprudência de um tribunal do Porto que decretou e fez jurisprudência sobre a desvalorização patrimonial dos terrenos. Isto também é um documento oficial que faz jurisprudência.-----

-----Portanto, a REN, quando eu lhes mostrei os dois documentos, disse: “Ah, mas isso nós estamos a negociar e está tudo bem”.-----

-----Afinal não está tudo bem.-----

-----Também há outra notícia. O senhor secretário de Estado da Energia determinou que até fim de abril deveria ser feito um estudo de monitorização elaborado com cientistas para saber até que ponto existe ou não perigo para as populações. Portanto, já há aqui alguma dúvida, já foi introduzida alguma dúvida no Governo.-----

-----E também foi mais ou menos aceite que a famosa Lei trinta de dois mil e dez, que nunca tinha sido regulamentada em dois mil e dez, seja ou esteja previsto regulamentá-la no mais curto espaço de tempo.-----

-----Eu pergunto se a pressa da REN, como disse em Vila Seca que já tem licenças, que já tem tudo, se não está um bocadinho relacionada com esta questão da regulamentação da referida lei? Poderá estar. É assim: eu não acredito muito em coincidências, mas que há algumas coincidências fastidiosas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

há.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado. Senhor deputado Joel Sá, faz favor.-----

DEPUTADO DO PSD – Joel Sá – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, restantes Membros da Assembleia.--

-----Ó senhor deputado Mário Figueiredo, eu sei que começa a ser muito incómodo agora para o Partido Comunista que suporta este Governo e que tem responsabilidade de exigir a este Governo, não é só exigir as coisas boas e o resto já não é culpa de vocês. Vocês têm responsabilidade deste Governo estar em funções, têm responsabilidade em exigir que este assunto se resolva. Portanto, não venham para aqui agora sacudir a água do capote e dizer que relativamente ao Governo anterior é muito fácil resolver o assunto.-----

-----Sobre a contestação da Câmara Municipal e das populações, o anterior secretário de Estado mandou elaborar um novo estudo de impacto ambiental e um novo traçado. É muito claro isto! Há uma resposta deste ministro, que eu pedi para distribuir na última Assembleia Municipal, onde está claro relativamente a este assunto as responsabilidades de cada um. Vocês agora que são poder, vocês agora é que têm o poder de o resolver.-----

-----Relembro o senhor deputado Mário Figueiredo que este processo começou com o Governo do engenheiro José Sócrates, com o traçado da linha que vem de Espanha. Portanto, não foi no Governo anterior que iniciou o processo, já vem detrás, tem a ver com as interligações europeias. Portanto, nós temos de ser sérios nesta discussão. E não é estarmos com muitos discursos, como eu disse há pouco, temos é que agir. E agir é junto do Governo e do seu ministro. Já lhe disse como é que foi o Governo anterior, senhor deputado. Quem está em funções agora, quem está a ser julgado é quem está agora.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Portanto, vocês agora são Governo! Vocês agora resolvam o assunto!-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.-----

-----Temos aqui várias questões que foram postas ao senhor presidente da Câmara, vou passar a palavra ao senhor presidente da Câmara.-----

-----Senhor presidente da Câmara, faz favor.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado José Novais, fez-me aqui tantas perguntas, senhor deputado, é melhor fazer-me por escrito. Aliás, o senhor pergunta-me datas, pergunta-me pormenores que eu, como compreende, neste momento não tenho condições para lhe responder, portanto, agradecia que fosse por escrito.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Mário Figueiredo, sobre a reabilitação do Mercado Municipal, é evidente que a Câmara vai falar com os comerciantes que ali estão, tentar arranjar em conjunto uma solução alternativa, aliás, no passado já houve esta abordagem, mas isso só será feito naturalmente quando houver condições para a intervenção. Até porque só depois de sabermos quando é que vamos começar a intervenção é que devemos falar com as pessoas para tentar arranjar alternativas, porque neste momento não está ainda estabilizado, isto é um processo sujeito ao visto do Tribunal de Contas e quadro comunitário. Mas naturalmente que a Câmara irá abordar os comerciantes no sentido de tentar minimizar os impactos e acima de tudo arranjar soluções.-----

-----Senhor deputado Joel Sá, quanto à insolvência da Mibal a Câmara não tem nada a ver com a insolvência da Mibal. A Câmara partilha um protocolo com as duas Juntas de Freguesia, União de Freguesias e Junta de Freguesia. Aquilo que são créditos estabelecidos nos protocolos, são créditos que estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

tipificados para as Juntas de Freguesia, eu próprio falei com o senhor presidente da Junta de Vila Seca, e estamos a tentar acautelar aquilo que serão as questões da Junta. Quer dizer, a Câmara não pode envolver-se na insolvência, é uma questão que a empresa decidiu iniciar, que penso que até não é insolvência, é um PER, uma coisa assim do género, é um processo de recuperação da própria empresa, não é bem uma insolvência.-----

-----REN.-----

-----O senhor deputado pôs aqui a questão das licenças. Da parte da Câmara, aquilo que é licenciamento, não tem nada.-----

-----E ao mesmo tempo vou responder, da REN, ao senhor presidente da Junta sobre a questão que levantou.-----

-----É evidente que aquilo que o executivo municipal decidiu avançar, e se me permite, senhor presidente, muito rapidamente, é uma ação administrativa de impugnação da declaração de impacto ambiental. Ou seja, o único documento neste momento que nós temos emitido é a declaração de impacto ambiental. A Câmara, com as Juntas de Freguesia todas, é a Câmara e as sessenta e uma freguesias do município de Barcelos, fez uma ação administrativa de impugnação da declaração de impacto ambiental que pede isto:-----

-----A condenação à prática de atos;-----

-----A revogação da declaração de impacte ambiental;-----

-----A suspensão imediata do procedimento do estudo da AIA (Avaliação de Impacte Ambiental) – está aqui o número, dois mil, oitocentos e sessenta e cinco;-----

-----A decisão de proceder à avaliação do impacto ambiental de todo o projeto no seu conjunto, porque é outra ilegalidade que existe no procedimento fazer projetos partilhados, que a lei não permite, portanto, será o projeto do eixo todo com outros trajetos e obrigando a REN à ponderação de outros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

trajetos alternativos.-----

-----Isto é no fundo um instrumento jurídico que foi iniciado contra a Agência Portuguesa do Ambiente e neste caso a contrainteressada é a REN.-----

-----Portanto, isto para dizer o quê?-----

-----O primeiro ato jurídico foi elaborado de acordo com o que foi combinado com os senhores presidentes de Junta, a Câmara contratou os serviços de uma empresa especializada nesta área. Aliás, o doutor Carlos Batalhão é um especialista conhecido nesta área. Portanto, face à importância do processo entendíamos que devíamos contratar naturalmente os superiores serviços profissionais de alguém que sabe do que está a fazer.-----

-----Mas este processo de contratação jurídica é um processo completo, ou seja, é para ir até às últimas consequências de qualquer ato jurídico contra qualquer tipo de ato administrativo que venha a ser feito. E, portanto, haverá um momento que será contra a Direção-Geral de Geologia e Energia quando emitir a respetiva licença e assim sucessivamente.-----

-----A ação está muito sustentada naquilo que já se falou aqui, que é o princípio da precaução, que, segundo juridicamente, é diferente do princípio da prevenção por se conhecerem destas consequências objetivas.-----

-----Doutrina europeia, aliás, o senhor presidente já falou aqui há pouco e também me fez chegar o documento que eu encaminhei imediatamente para os advogados.-----

-----A DIA, que viola o princípio, situações que já foram punidas.-----

-----E depois são aqui enumeradas várias ilegalidades.-----

-----Questões procedimentais: erros nos pressupostos, que a falta de ligação a Espanha é um pressuposto que se vai pôr em questão; a divisão por lotes do projeto, como eu expliquei, segundo os advogados me informaram, não é possível fazer um projeto desta forma, ele tem que ser completo e ele, pelo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

sabemos, foi feito por lotes, até porque esta é a segunda declaração de impacte ambiental em relação à inicial; há aqui omissão de legislação, como se recordam, há uma legislação em que as portarias ainda não foram publicadas, o que leva aqui também à falta de regulamentação; a violação da autonomia do poder local que é outro pressuposto que está em cima da mesa, que compromete a prossecução dos objetivos estratégicos definidos no Plano Diretor Municipal, que tem consequências naturalmente de diversa ordem, porque nós temos um Plano Diretor Municipal aprovado recentemente e, portanto, não houve o cuidado de quem elaborou a análise de enquadrar na revisão do PDM; enfim, tem questões ambientais, de poluição sonora, ecológicas, agrícolas, florestais, a diversidade que nós sabemos.-----

-----Portanto, a Câmara Municipal irá naturalmente continuar a acompanhar o processo com a importância que ele merece e agir naturalmente dentro daquilo que são os poderes que o executivo municipal e eu em especial possamos ter no sentido de evitar que a linha de muito alta tensão seja instalada.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente da Câmara.--

-----Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social, Excelentíssimo Público, Cidadãos que nos acompanham pela *web*.-----

-----Boa noite a todos e, relativamente aos que estão aqui presentes, bom regresso a casa e bom fim de semana.-----

-----A sessão terminou à uma hora e quarenta minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezassete.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS
(Gabinete do Presidente)

para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo
Presidente da Assembleia.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

(Duarte Nuno Pinto, Dr.)

O COORDENADOR TÉCNICO

(Celestino Linhares da Silva)

-----Apena-se a esta ata a declaração de impedimento apresentada pelo
membro Casimiro da Silva Rodrigues referente ao ponto catorze da ordem do
dia, cujo teor se encontra reproduzido e inserto na página noventa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS
(Gabinete do Presidente)

ÍNDICE

Ata nº 1 de 24 de fevereiro de 2017

| FOLHA | ASSUNTO |
|--------------|--|
| 01 | Apresentação da ordem de trabalhos |
| 05 | Período de antes da ordem do dia |
| 09 | Moção da CDU “Transferências de competências” |
| 43 | Período da ordem do dia |
| 43 | Aprovação das atas das sessões de 4 e 25 de novembro de 2017 (1º Ponto) |
| 44 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato de Cooperação entre o Município e as Freguesias do Concelho de Barcelos (2º Ponto) |
| 53 | Discussão e votação da 1ª Revisão ao Orçamento Municipal e Opções do Plano do ano de 2017 (3º Ponto) |
| 66 | Discussão e votação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) (4º Ponto) |
| 78 | Discussão e votação do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Barcelos (5º Ponto) |
| 83 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a aplicação das taxas do Quadro Quarto do Regulamento de Taxas pela Realização de Infraestruturas Urbanísticas e Obras de Edificação do Município de Barcelos (6º Ponto) |
| 84 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de revisão do traçado da rede secundária prevista a executar no PDM (7º Ponto) |
| 84 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a concessão de benefícios fiscais, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana (ARU), à requerente Teresa Cristina Gonçalves Vieira Martins (8º Ponto) |
| 85 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a outorga da Adenda ao contrato de concessão para a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, celebrado entre o Município de Barcelos e a EDP Distribuição – Energia, S.A. (9º Ponto) |
| 85 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a recomendar à Assembleia Municipal a criação do Conselho Municipal de Segurança, bem como a elaboração e a aprovação dos respetivos regulamentos (10º Ponto) |
| 89 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração aos Estatutos do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular (11º Ponto) |

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS***(Gabinete do Presidente)*

| | |
|----|--|
| 89 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a participação do Município de Barcelos como associado fundador na Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (AptCC) (12º Ponto) |
| 90 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada a centro funerário, crematório, columbário e capela, localizada na Rua Penedo Rachado, freguesia de Manhente (13º Ponto) |
| 90 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização e ampliação de uma unidade industrial do setor têxtil, situada na Rua dos Escuteiros, nº 42, freguesia de Gilmonde (14º Ponto) |
| 92 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização e ampliação de uma unidade industrial do setor têxtil, situada na Rua Industrial, nº 845, freguesia de Vila Frescaíha São Pedro (15º Ponto) |
| 93 | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, sita na Rua Nossa Senhora da Guia, nº 1070, freguesia de Pereira (16º Ponto) |
| 93 | Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (17º Ponto) |